

OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO,
JUSTIÇA, MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Carlos Sangreman



OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO,
JUSTIÇA, MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Carlos Sangreman

FINANCIADORES



C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

PARCERIA



acep



TÍTULO

Observando Direitos na Guiné-Bissau:
educação, saúde, habitação, água, energia,
saneamento, justiça, meios de subsistência

AUTOR

Carlos Sangreman

EDIÇÃO

ACEP, com LGDH e CEsa

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

PAGINAÇÃO

Ana Filipa Oliveira / ACEP

IMPRESSÃO

GUIDE Artes Gráficas

DATA

Abril de 2016

ISBN

978-989-8625-14-4

DEPÓSITO LEGAL

Esta publicação foi elaborada com o apoio da União Europeia e do Camões, I. P.. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva do autor e das organizações parceiras, e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.

O autor adoptou o Novo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

5 / AGRADECIMENTOS

8 / O PROJETO

10 / SIGLAS E ABREVIATURAS

11 / RESUMO EXECUTIVO

22 / INTRODUÇÃO

PARTE 1

27 / **A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UM SUBSISTEMA ESTATÍSTICO**

29 / METODOLOGIA – EQUIPA E ESCOLHA DE INDICADORES

40 / AMOSTRAGEM

PARTE 2

47 / **CONTEXTO GERAL**

49 / O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

53 / O QUADRO LEGAL DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU

55 / A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS

PARTE 3

59 / **ANÁLISE GLOBAL POR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS**

61 / DIREITO À EDUCAÇÃO

67 / DIREITO À SAÚDE

80 / DIREITO À HABITAÇÃO, ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO

87 / DIREITO À JUSTIÇA

96 / DIREITO A MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

PARTE 4

103 / **CONCLUSÕES**

110 / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

111 / ANEXOS

113 / ANEXO I – RECOLHA EM 2014 E EM 2015 POR INDICADOR

115 / ANEXO II – LOCALIDADES INQUIRIDAS (5% DAS LOCALIDADES DE CADA SETOR)

CARLOS SANGREMAN

Carlos Sangreman, natural de Lisboa, licenciado em Economia, doutorado em Estudos Africanos, com uma tese sobre a Guiné-Bissau (2003), é professor auxiliar aposentado da Universidade de Aveiro onde exerceu entre 2004 e 2015. Consultor de organizações internacionais, desde 1985, como PNUD, BM, UE, OIM, Observatório ACP para as Migrações Sul-Sul, e dos governos de Portugal, Suécia, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Investigador e vice-diretor do CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, autor e coautor de livros sobre co-opeação internacional e migrações, como “Assessment of development potential of the Guinea-Bissau diáspora in Portugal and France”, 2012 (OIM), “Arquitectos de um espaço transnacional lusófono - a diáspora guineense em Portugal”, 2011 (FP-A); “A cooperação descentralizada: os actores não estatais na dinâmica de mudança em países africanos - o caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, 2000-2004”, 2009 (CEsa e ACEP). Assessor no Ministério do Plano da Guiné-Bissau em 1986-87 e assessor para a cooperação no Ministério do Trabalho e Solidariedade, Portugal, 1998-2003; coordenador geral da cooperação da Universidade de Aveiro 2004-2014.

AGRADECIMENTOS

Carlos Sangreman

O autor quer agradecer antes de mais a todos os inquiridores, aos técnicos e aos responsáveis da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) o empenho demonstrado em obter os dados que permitiram elaborar este relatório de estudo. Um agradecimento é devido também às organizações que são parceiras no Projecto da Casa dos Direitos, a ACEP e a própria LGDH em geral, que criaram as condições para tal execução bem como a União Europeia e a Cooperação Portuguesa que financiaram. Queria ainda referir as autoridades guineenses a vários níveis de hierarquia que colaboraram na recolha de dados com uma atitude muito positiva independentemente das variações no clima de esperança que encontrámos no país durante estes dois anos de contactos.

O PROJETO

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS**, da Guiné-Bissau, pretende ser um contributo para desenvolver uma cultura dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, favorecendo a ação cidadã e o respeito efetivo de todos os Direitos. Trata-se de promover uma abordagem aos Direitos na sua multidimensionalidade, incluindo os direitos cívicos e políticos, económicos, sociais e culturais, direitos ambientais e cibernéticos, que estão na base das relações entre os cidadãos e as diversas instâncias de poder e nas suas práticas concretas – poder político, tradicional, religioso, na família e noutras formas de poder.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** procura melhorar o nível de conhecimento e de monitoramento dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau. Isso implica a criação de condições de acesso a informação com uma base viável, que permita retratar consistentemente a situação de partida, com um conjunto de indicadores construídos de forma participada, que sejam passíveis de ser recolhidos e que reúnam um conjunto de qualidades indispensáveis ao fim pretendido. A continuidade da recolha periódica de dados tem permitido traçar um quadro da evolução do acesso aos Direitos Humanos no país, por temas e por regiões, tornando-se assim um instrumento útil aos diversos actores sociais e políticos do país.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** procura também maior nível de coordenação e interação entre Organizações da Sociedade Civil e o desenvolvimento das suas capacidades de intervenção, bem como um melhor conhecimento sobre Direitos Humanos por parte da sociedade em geral. Para tal, procura uma melhor articulação com profissionais da comunicação social, tanto para a promoção da abordagem dos temas nos direitos humanos no seu trabalho quotidiano, mas também contribuir para a adoção de normas éticas no tratamento dos Direitos Humanos na comunicação mediática.

O **OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS** tem uma equipa a nível de Bissau, e assenta numa rede de Antenas formadas e sediadas em todas as regiões (com exceção da região Bolama/Bijagós), composta por pessoas com experiência nas temáticas dos Direitos Humanos e como tal reconhecidas nas regiões onde estão integradas. As atividades do Observatório são apoiadas com colaborações pontuais bem focalizadas, por especialistas nacionais e estrangeiros, integradas no trabalho de seguimento realizado pelas organizações parceiras. O projeto tem apoio financeiro da UE - União Europeia (através do IEDDH – Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos) e da Cooperação Portuguesa.

NOTAS PRÉVIAS

(1) Este Relatório é sobre os Direitos Humanos que se podem analisar a partir dos indicadores e das informações recolhidas e tratadas sobre alguns aspetos da educação básica, saúde, habitação, água, energia, saneamento, justiça e meios de subsistência (alimentação). Não se podem tirar destes indicadores análises sobre aspetos que não estão incluídos no seu cálculo. Por exemplo, as taxas de abandono no ensino básico podem não ter nada a ver com as mesmas taxas no ensino secundário. Mas os indicadores nada dizem sobre isso pois só referem o básico. Outro exemplo são os dados sobre género que não existem neste estudo. O que foi recolhido são informações sobre homens e mulheres nas várias áreas mas não há nada sobre o poder que um e outro sexo detêm. Se o projeto continuar poder-se-ão obter informações sobre outras dimensões dos Direitos Humanos, mas nestes dois anos o que se recolheu é o que se encontra nas páginas seguintes e ninguém pode querer saber aquilo que não inquiriu.

(2) As Partes I e II partem do texto do relatório do primeiro ano de recolhas de dados (editado em Sangreman, 2015), atualizam, quando necessário, e introduzem a evolução verificada neste segundo ano de recolhas, seja em termos de conceção de um subsistema estatístico, seja de indicadores de novas áreas dos Direitos Humanos. Apesar de serem, em boa parte, uma repetição desse primeiro relatório, optou-se por editar todo o texto de modo a facilitar a leitura de quem não dispõe do texto anterior.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEP Associação para a Cooperação entre Povos

ACNUDH Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

AMIC Associação dos amigos da criança

CEsA Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

DH Direitos Humanos

DR Distritos de Recenseamento

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

INE Instituto Nacional de Estatística

LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos

MICS Multiple Indicator Cluster Surveys

OHCHR Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAB Setor Autónomo de Bissau

UE União Europeia

UNFPA Fundo das Nações Unidas para a População

UNICEF Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

UNIOGBIS United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau

UNWOMEN Nações Unidas Mulheres

RESUMO EXECUTIVO

1. No segundo ano do projeto Observatório dos Direitos consolidou-se a equipa de recolha e controle em Bissau e nas regiões (com exceção de Bolama/Bijagós), a forma de recolher dados em cada área temática, aumentaram-se as áreas temáticas de recolha incluindo os meios de subsistência (alimentação) e o saneamento, tornou-se a amostra de localidades mais significativa e aperfeiçoou-se o tratamento estatístico.

2. Diga-se, desde, já que os indicadores de 2014 e 2015 permitem ter uma fotografia dinâmica (dois anos) de Direitos Humanos na Guiné-Bissau vistos através destes dados, destas áreas e destes indicadores em concreto. **Tivessem sido escolhidos outros indicadores e a visão poderia ser outra.** Por exemplo, o indicador sobre abandono escolar incide sobre o ensino básico e não se pode inferir nada dos seus resultados para o ensino secundário ou superior, que não foram inquiridos.

3. **A amostra em 2015 é de 5 % das localidades de todo o país** (exceto para a região de Bolama Bijagós) e de 16 dos 45 bairros de Bissau (70,8% da população da cidade, segundo os recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram 751 famílias nas regiões e no SAB.

4. **A equipa de inquiridores é composta por pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório** existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais guineenses) e têm o reconhecimento das pessoas das regiões onde habitam. Não são portanto simples inquiridores, mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. O que se fez no primeiro ano foi capacitar estas pessoas dando-lhes uma cultura de recolha de dados estatísticos que nenhum possuía. Essas pessoas são hoje a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós) pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um

responsável fixo por região, mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para as operações que executa.

5. **Os indicadores de educação** revelaram-se muito sensíveis à retoma do pagamento regular dos salários dos professores, permitindo um funcionamento normal das escolas a partir das condições existentes. Os indicadores de abandono escolar no básico entre o início e o final do ano letivo alteraram-se de forma muitíssimo acentuada. Ou seja, o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas, em especial os que são originados no atraso de pagamento dos salários.

INDICADORES EM 2015

1. Frequência escolar por escola com ensino básico, sexo dos alunos, no início e no final do ano letivo
2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano letivo
3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico.

Tabela 1 – Indicadores de acesso a educação básica, 2014 e 2015 por região

Região /Anos	Alunos do ensino básico							Distância habitação escola básico (km)	
	Abandono masculino (%)		Abandono feminino (%)		Alunos por professor (nº)		Relação m/f	2014	2015
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2015		
Bafatá	7.3	0.6	16.5	6.0	70	61	1.1	6.0	6.0
Biombo	29.4	10.5	35.3	11.4	64	30	1.1	4.0	3.0
Cacheu	15.3	6.4	16.9	5.1	40	36	1.1	2.0	2.0
Gabu	15.1	0.7	0.0	0.8	29	71	1.0	2.0	0.70
Oio	6.8	3.5	3.8	4.8	36	51	1.1	6.0	2.0
Quinara	56.1	1.0	55.0	2.3	45	49	1.0	5.0	0.78
Tombali	31.0	0.5	35.4	1.1	43	56	1.0	3.0	2.0
SAB	29.9	7.0	23.0	2.8	33	34	1.0	1.0	1.0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014 e 2015

6. **Nos indicadores sobre a saúde** saliente-se a pouca melhoria registada de 2014 para 2015 com o número de pessoas por médico e por enfermeiro e de mulheres por parteira a aumentar. Este ano confirmou a indicação dos inquiridores que a acessibilidade medida pelo custo da saúde ainda depende de projetos com distribuição de medicamentos, consultas e outros gratuitos. Quando os projetos não existem ou acabam, o custo sobe imediatamente para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso. O que torna o custo dos medicamentos e tratamentos muito aleatórios de um ano para o outro. Os números de agentes auxiliares e de agentes comunitários necessitam de afinação na recolha pois por erro de indicações não foram nalgumas regiões recolhidos e naquelas onde foram as diferenças são demasiado grandes para terem veracidade. O custo dos medicamentos foi recolhido em farmácias públicas. Em 2016 será alargada a recolha às farmácias privadas pois segundo a informação dos inquiridores essas farmácias e os pontos de venda de medicamentos têm – se multiplicado por todo o país.

INDICADORES EM 2015

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal
5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta
6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)
7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros
8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Tabela 2 – Indicadores de acesso a saúde, 2014 e 2015 por região

Região	Distância entre a habitação e um local onde exista consulta pré-natal (km)		Custo de consulta pré-natal (consulta, cartão e análise)		Dias de consumo de arroz equivalentes ao custo de consulta pré natal		Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil		Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Bafatá	6	7	1089	2391	8	4.5	2715	3692	7068	4895
Biombo	7	7.4	1625	3825	6	6.6	1387	3268	7020	6169
Cacheu	6	8	3129	2700	5	4.8	4183	1230	3235	1277
Gabu	3	5.2	3233	3195	12	5.8	1799	3079	9497	17427
Oio	4	10	4754	1482	2	2.6	2853	5038	5730	7269
Quinara	21	10.8	5020	1800	3	3.1	2957	3361	3265	15615
Tombali	4	8	6994	4250	11	8.5	872	681	5979	7120
SAB	2.5	2.1	9166	10054	16	17.2	2978	5298	18446	19252

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014 e 2015

Tabela 3 – Indicadores de acesso a saúde, pessoal de saúde, 2014,2015 por região

Região	Habitantes por Médico		Habitantes por Enfermeiros		Mulheres por parteira		Agentes auxiliares de saúde		Agentes de saúde comunitários	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Bafatá	5000	3684	4468	3231	20731	9423	26250	19092	351	244
Biombo	48560	24280	4415	3133	12323	9858	(**)	(**)	996	537
Cacheu	13751	8750	2962	2831	8811	8811	24063	(**)	754	535
Gabu	19594	30790	3781	3781	26504	26504	39514	(**)	265	576
Oio	28081	16046	7020	4405	28016	8005	15045	8640	1489	808
Quinara	12722	12722	3029	1078	7730	351	13722	(**)	(**)	167
Tombali	15823	15823	2316	1899	11748	23495	11867	(**)	3062	(**)
SAB	4310	4459	1498	1029	3678	1977	96977	14920	(**)	4910

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014 e 2015

(**) Não foi recolhida a informação.

7. A mesma ausência de evolução se pode encontrar **nos indicadores de justiça**, onde as condições de prisão e de detenção continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país. E as instituições a quem a população se dirige para queixas de roubo de gado também não têm alteração.

INDICADORES EM 2015

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância
15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção
16. Número de detidos por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa
17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)
18. Entidade a quem se queixa quando há roubo de gado (policia, tradicional, tribunal)

Tabela 4 - Indicadores de acesso a justiça, distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

Região	2014	2015	Região	2014	2015
Bafatá	27	16	Oio	8	17
Biombo	19	15	Quinara	69	50
Cacheu	12	15	Tombali	20	33
Gabu	20	29	SAB	2.5	2

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014, 2015

Tabela 5 - Indicadores de acesso a justiça, centros de Detenção por condições das zonas de detenção

Tipos de condição	Classificação da Condição										Total	
	Boa		Razoável		Regular		Má		Péssima			
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Ventilação	3	5	0	5	10	12	16	17	-	0	32	39
Cobertura	15	24	3	7	3	0	8	8	-	0	32	39
Dormitório	0	0	0	0	2	1	27	22	-	16	32	39

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014, 2015
 Nota: em 2014 só existia a classificação “mã ou péssima”.
 Em 2015 foi individualizada a “mã” da “péssima”.

Tabela 6 – Indicadores de acesso a justiça, centros de detenção por acesso a água e alimentação

Tipo de Condição	2014		2015	
	Não tem	Tem	Não tem	Tem
Acesso livre a água	28	4	39	0
Alimentação	29	1	39	0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014, 2015

Nota: Considera – se acesso livre a água quando os detidos podem beber sem depender dos guardas. Considera-se acesso a alimentação quando os detidos podem cozinhar/aquecer comida vinda de fora do centro de detenção. Nenhum centro de detenção fornece alimentação.

8. Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento passou a haver mais casas iluminadas, sobretudo na capital, refletindo a existência de um número de horas de luz elétrica como nunca tinha existido nas últimas décadas. Noutras regiões existe uma diferença muito grande de números de um ano para o outro (Oio, Gabu, Biombo e Bafatá), sendo só correto registarmos a tendência, e noutras houve melhorias mais modestas. O saneamento mostra uma realidade esperada de predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias.

INDICADORES DE 2015

9. Número de pessoas por quarto por tabanca, vila ou bairro de cidade.
10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca, vila ou bairro de cidade em %
11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca, vila ou bairro de cidade
12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em percentagem
13. Destino do lixo do agregado familiar

Tabela 7 – Indicadores de habitação, água, energia e saneamento

Região	Casas melhoradas em % das observadas		Poços com bomba a funcionar % 2015	Poços tradicionais % 2015	Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas		Maior % de destino de lixo
	2014	2015			2014	2015	
Bafatá	29.3	41.6	8.7	66,8	25.7	15.0	Incineração (43,4)
Biombo	31.3	19.9	18.0	69,9	18.3	8.2	Incineração (48,0)
Cacheu	27.0	39.1	5.3	68,5	4.3	7.1	Esgotos selvagens (71,1)
Gabu	37.0	21.8	6.3	69,9	31.7	18.8	Incineração (53,9)
Oio	62.5	12.9	13.1	72,2	48.1	11.3	Incineração (66,0)
Quinara	17.6	22.7	14.1	50,3	11.9	16.7	Esgotos selvagens (63,3)
Tombali	32.8	50.8	13.8	71,3	23.6	21.7	Incineração (43,1)
SAB	21.1	54.3	0.1	26,0	51.1	66.7	Retirada (43,7)

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014, 2015

9. Nos indicadores de meios de subsistência uma percentagem alta de agregados familiares tem um acesso a alimentação materializado em duas ou três refeições diárias (83,0 % da amostra). Mas tal média não pode esconder que no Biombo os agregados com uma única refeição diária são 66,7 % do total e em Oio, Tombali e SAB esses agregados rodam os 20 %. Ou seja, nestas últimas três regiões, um quinto das famílias tem o número mínimo de refeições, sendo nas famílias com chefes femininos que o acesso é menor. Por último, pode ver-se como o acesso a escola de crianças com idade para tal varia diretamente com o número de refeições tomadas pela família. Ou seja, quanto mais refeições diárias (no in-

tervalo entre 1 e 3 refeições) a família toma na habitação, maior é a probabilidade das crianças com idade para tal frequentarem a escola.

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Tabela 8 – Indicadores de meios de subsistência, número de refeições que a família tem por dia em valor e em %, por sexo do chefe de família

Sexo do chefe de família	Número de refeições que a família tem por dia					Total
	0	1	2	3	4	
Masculino	1	90	261	268	1	621
%	0,2	14,5	42,0	43,2	0,2	100
Feminino	0	27	55	38	0	120
%	0,0	22,5	45,8	31,7	0,0	100
Total	1	117	316	306	1	741
%	0,1	15,8	42,6	41,3	0,1	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

10. Se construirmos um **índice geral** com estes indicadores teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau, com Oio mantendo um dos primeiros lugares e sobretudo uma grande subida do SAB de sexta posição em 2014 para a segunda em 2015, fruto das políticas postas em prática pelo Governo, eleito em Abril de 2014, terem efeitos mais imediatos na capital do país (pagamento de salários atrasados, energia e água 24 horas por dia, obras públicas).

Tabela 9 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

Regiões	2014	2015	Regiões	2014	2015
Oio	1º	1º	Cacheu	3º	5º
SAB	6º	2º	Gabu	2º	5º
Biombo	5º	3º	Bafatá	7º	6º
Tombali	5º	4º	Quinara	4º	7º

Gráfico 1 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

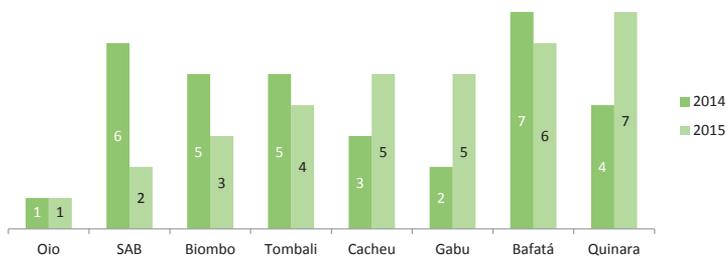


Gráfico 2 - Número de Alunos por Professores

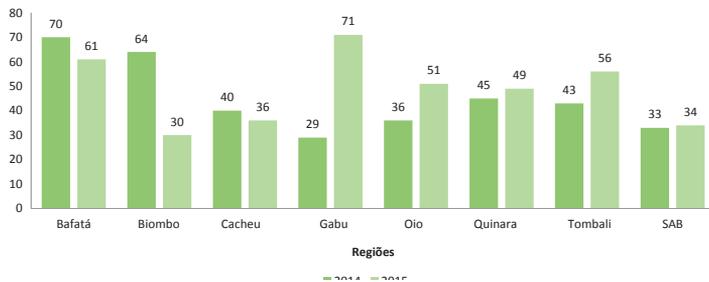


Gráfico 3 - Dias de Consumo de Arroz equivalente ao custo de consulta pré-natal, respectivamente, em 2014 e 2015

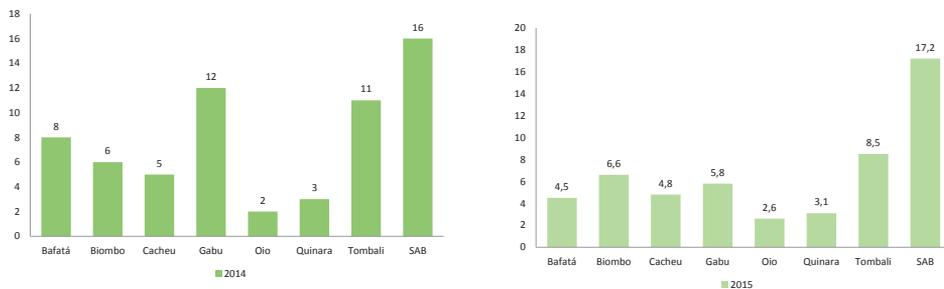
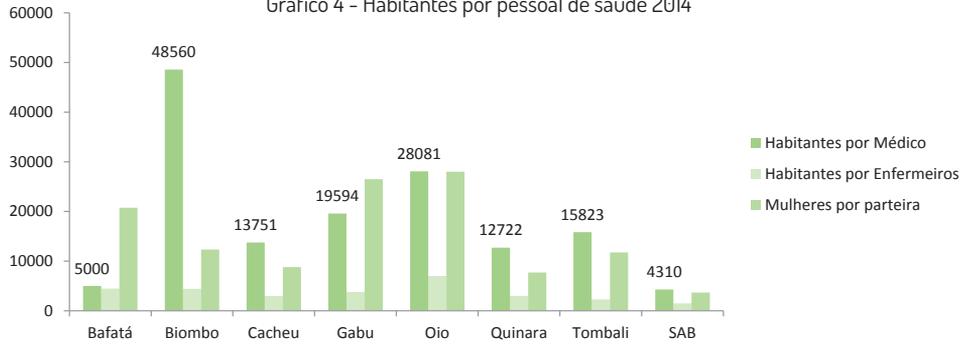


Gráfico 4 - Habitantes por pessoal de saúde 2014



Habitantes por pessoal de saúde em 2015

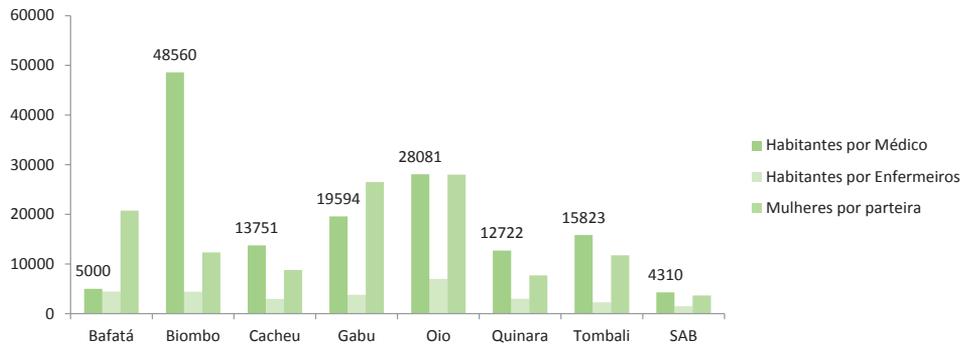


Gráfico 5 - Casas com luz elétrica em % das observadas - em 2014 e 2015

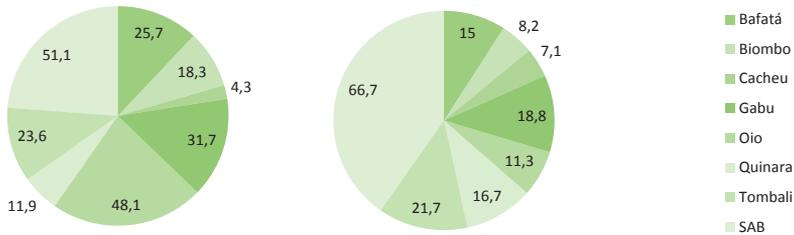


Gráfico 6 - Famílias
por número de refeições que tem por dia,
em % por sexo do chefe de família

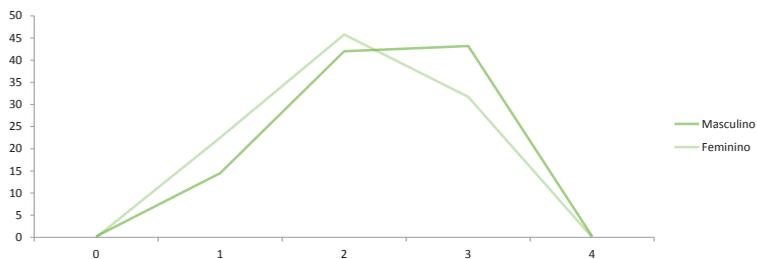
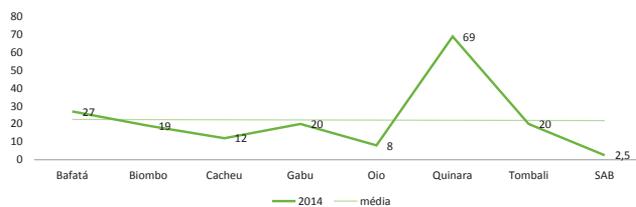
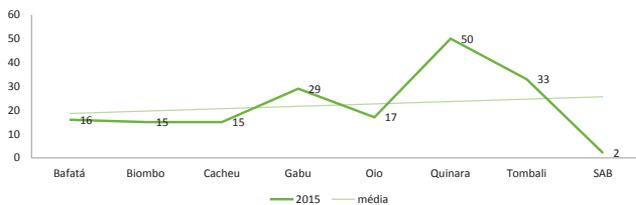


Gráfico 7 - Distância da localidade a um tribunal de primeira instância - em 2014



Distância da localidade a um tribunal de primeira instância - em 2015



INTRODUÇÃO

Este segundo ano do projeto Observatório dos Direitos permitiu consolidar a equipa de recolha e controle, a forma de recolher dados, aumentar mais duas áreas de recolha (meios de subsistência – alimentação - e saneamento), tornar a amostra de localidades mais significativa e aperfeiçoar o seu tratamento estatístico.

Diga-se, desde já, que estes indicadores são uma fotografia dinâmica (dois anos) de Direitos Humanos na Guiné-Bissau, vistos através destes dados, destas áreas e destes indicadores em concreto. Tivessem sido escolhidos outros indicadores e a visão poderia ser outra. Por exemplo, o indicador sobre abandono escolar incide sobre o ensino básico e não se pode inferir nada dos seus resultados para o ensino secundário ou superior, que não foram inquiridos.

É importante realçar que estes dados podem ser uma contribuição para estudos mais abrangentes, seja sobre os Direitos Humanos no seu todo, incluindo as liberdades civis e políticas (como o Relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos), seja para estudos mais setoriais como na Justiça, Educação, Saúde, etc.

Para esses estudos mais abrangentes ou para uma leitura atenta dos dados aqui apresentados, é importante ter em atenção que as informações do Observatório são obtidas por inquiridores independentes das instituições onde são recolhidos, e por observação direta. Esta é uma diferença importante relativamente à instituição central do sistema estatístico, o INE, que recolhe dados sobre educação, saúde e justiça (além doutras áreas consideradas menores, como por exemplo as migrações) através de solicitação às instituições públicas competentes. O Observatório tem os seus próprios inquiridores, que recolhem diretamente junto de escolas, centros de saúde, centros de detenção da polícia, etc., as informações para construir os indicadores de Direitos Humanos. O que se fez no primeiro ano foi capacitar estas pessoas dando-lhes uma

cultura de recolha de dados estatísticos que nenhum possuía. Essas pessoas são hoje a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós), pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um responsável fixo por região, mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para as operações que executa.

O MELHOR INQUIRIDOR ESTATÍSTICO

Uma das regiões é, desde o primeiro dia, aquela onde os dados recolhidos são mais fiáveis, servindo de padrão às restantes. Qual o segredo? Primeiro, o inquiridor já tem alguma idade e é professor do ensino básico. Sabe portanto como explicar a quem quer, a razão de ser das perguntas que faz. Segundo, toda a gente o conhece, não é um inquiridor que vai à região, às instituições, famílias e autoridades de tabanca só quando há dados a obter. Reside na região desde há longos anos onde milita pelos Direitos Humanos e tem a confiança das pessoas das instituições das mais tradicionais às mais modernas. E, por último, esse inquiridor não hesita em vir a Bissau perguntar aos técnicos de apoio estatístico as dúvidas que lhe surgem. Em síntese, é uma pessoa inserida na sociedade onde recolhe informação, com formação, com muito boa reputação e uma motivação grande para fazer o papel de inquiridor estatístico.

Quem tem prática de produção estatística sabe que a diferença de métodos leva necessariamente a dados diferentes sobre aquilo que é “grosso modo” a mesma realidade, sem que se possa considerar na esmagadora maioria dos casos que uns estão errados e outros certos. Para perceber as vantagens e as desvantagens de cada método é importante explicitar bem as metodologias seguidas como procuramos fazer no ponto Metodologia deste relatório.

Também é importante tomar em conta que este relatório é um produto intermédio entre a produção estatística (tal como é feita pela instituição central do sistema, o INE) e um estudo analítico. Ou seja, são aqui construídos indicadores a partir de dados sobre oito áreas (educação de ensino básico, saúde, habitação, água, energia, saneamento,

justiça e meios de subsistência) com uma amostra de 5 % das localidades de todo o país (excepto Bolama Bijagós) e de 16 dos 45 bairros de Bissau (70,8% da população da cidade segundo o recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram 751 famílias nas regiões e no SAB (ver ponto de Metodologia para perceber como se chegou a esse número). Mas não é feita uma análise tomando em consideração dados de outras fontes, exceto as do Recenseamento de 2009.

Assim, não se elaborou uma análise tomando outra informação provinda de bases de dados internacionais como as do Banco Mundial, o DENARP, os MICS, promovidos pela UNICEF, estudos sobre a Justiça promovidos pelo PNUD ou relatórios de projetos como aquele sobre os presos e detidos (União Europeia e Manitesse); também não se podem analisar em conjunto com dados de projetos que recolhem de forma não aleatória universos mais limitados (por exemplo, as crianças nos centros de nutrição, ou as mulheres vendedeiras nos mercados) e que não se podem extrapolar para o total da população com recurso às metodologias que a produção estatística internacional segue.

Mas, por outro lado, a elaboração de indicadores compósitos implica a fusão de dados primários (aqueles que são recolhidos directamente) em índices ou médias para conseguir obter indicadores (num exemplo simples, o número de alunos por professor nas escolas do ensino básico compõe-se dos dados dos alunos a frequentarem as escolas, do número de professores existentes nas mesmas e de uma divisão de um pelo outro), nuns casos de forma imediata, noutros de forma mais elaborada (como no ponto e anexo de 2014 sobre o índice geral de acesso a Direitos Humanos). Ora a função dos sistemas nacionais de estatística não é de construir indicadores, mas tão só apresentar os dados primários, não existindo aliás no INE da Guiné-Bissau um Gabinete de Estudos.

O Observatório parte dos dados primários recolhidos e procura apresentar indicadores e alguma interpretação da evolução verificada e sobretudo das diferenças entre regiões, produzindo relatórios que apelidamos de produtos mistos de estatística e de estudo analítico.

A equipa de inquiridores são pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais) e têm o reconhecimento das pessoas

das regiões onde habitam. Não são, portanto, simples inquiridores, mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. É por isso que, por exemplo, se conseguiu tirar fotografias e recolher informação dentro das celas dos centros policiais de detenção que até hoje nunca vimos em nenhum estudo fosse em que país fosse.

Os resultados constam do texto do relatório e das suas conclusões. Podemos realçar desde já:

- / a baixa do abandono escolar básico, fruto das melhores condições de funcionamento das escolas quando comparadas com o ano anterior,
- / a subida no número de casas iluminadas por luz eléctrica em Bissau fruto da existência de electricidade num número de horas muito alto para aquilo que era noutros governos
- / pela negativa realce-se que para a maioria das áreas de recolha inquiridas não houve melhorias significativas entre 2014 e 2015

Na nova área introduzida, dos indicadores de meios de subsistência (alimentação), podemos verificar que:

- / uma percentagem alta de agregados familiares tem um acesso a alimentação materializado em duas ou três refeições diárias (83,0% da amostra)
- / tal média não pode esconder que no Biombo os agregados com uma única refeição diária são 66,7 % do total e em Oio, Tombali e SAB esses agregados rodam os 20 %, ou seja, nestas três regiões um quinto das famílias tem o número mínimo de refeições
- / e o acesso é menor nas famílias com chefes femininos do que naquelas com chefes masculinos.

Se construirmos um índice geral com estes indicadores segundo a metodologia explicada em Sangreman (2015), teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau com Oio mantendo um dos primeiros lugares e sobretudo uma grande subida do SAB de sexta posição em 2014 para a segunda em 2015.

METODOLOGIA

Equipa e escolha de indicadores

Na organização de uma estrutura de recolha de dados tem de se ter presente que as pessoas em geral não têm grande cultura estatística. Ou seja não têm na sua vida de se preocupar com o rigor de recolha de informação sempre com a mesma metodologia e com as mesmas fontes.

A má qualidade desde há vários anos do ensino guineense em geral também não ajuda a lidar com números ou com as fórmulas mais simples de medição e implica partir sempre do princípio de que a noção de produção estatística não existe nos inquiridores.

Assim, a equipa de recolha direta de dados do Observatório foi completada com dois técnicos: um com muitos anos de trabalho no Instituto Nacional de Estatística guineense com capacidade de colocar todas as dúvidas que as recolhas de dados suscitem em cada região e outro cujo trabalho permanente numa instituição pública implica uma cultura de lidar com números, incluindo instrumentos como folhas de cálculo e expressão gráfica. Estes dois técnicos têm ainda como funções preparar os mapas de indicadores que são enviados ao perito do CEa para análise.

A equipa de recolha de dados foi escolhida pela LGDH, a partir das pessoas em diferentes regiões que tem alguma ligação à atividade de defesa dos Direitos Humanos directamente com a LGDH ou com outras organizações parceiras.

No processo de recolha do primeiro ano foram avaliadas as primeiras recolhas, atribuídas classificações de base 0-20 valores aos inquiridores, e constatou-se que foi possível ter um processo de melhoria contínua daqueles que tinham mais dificuldades, através da iniciativa dos técnicos referidos e de debates mais espaçados com o perito do CEa, atingindo-se nas últimas recolhas do ano um nível geral muito bom. A maior dificuldade deveu-se a uma sobrecarga de trabalho de outros tipos que os

inquiridores têm na cidade de Bissau, sendo manifesta a dificuldade em acumularem as diferentes funções. A dimensão da amostra no SAB levou assim à inclusão, já na fase final da 2ª recolha, de mais um elemento uma vez que o orçamento o permitia. Outra dificuldade deveu-se ao falecimento da inquiridora de Gabu que teve de ser substituída a meio do ano por uma pessoa que já ajudava a inquiridora. Se esta equipa for mantida em anos posteriores teremos uma estrutura produtora de indicadores, treinada e de confiança.

Em todo o processo de formação e de melhoria contínua procurou-se inculir nesta equipa as qualidades de um inquiridor:

- / **Rigor** no que pergunta
- / **Persistência**, pois a sua missão é obter respostas
- / **Educação e respeito** por quem responde, não induzindo respostas ou fazendo comentários a respostas inesperadas
- / **Bom senso e inteligência** perante situações inesperadas
- / **Competência**: quem responde tem de saber que o inquiridor sabe do que fala
- / **Dignidade**: o inquiridor em funções é uma autoridade na recolha de dados. Deve identificar-se e ter uma postura digna
- / **Honestidade**: o inquiridor não pode inventar respostas dos inquiridos, falsificando o inquérito, mas tem de respeitar aquilo que os inquiridos querem ou não dizer.

A EQUIPA



GINO MONTEIRO
(Técnico estatístico e de acompanhamento das antenas)



CLEUNISMAR SILVA
(Coordenadora geral)



EDSON EMANUEL LOPES
(Técnico informático e para elaboração gráfica)



ABU SAMBU
(Inquiridor para a região de Gabu)



CLEMENTE MENDES
(Inquiridor para a região de Cacheu)



ELISA MARIA SOUSA
(Inquiridora para a região de SAB)



ELISEU AGINALDO DA SILVA (Inquiridor para a região de SAB)



ERNESTO HIGINO CORREIA (Inquiridor para a região de SAB)



FORMOSINHO DA COSTA
(Inquiridor para a região de Quinara)



GABRIEL NAN COM
(Inquiridor para a região de Tombali)



JOÃO VAZ
(Inquiridor para a região de Biombo)



MALAM MANÉ
(Inquiridor para a região de Bafatá)



NILTON CÉSAR BARBOSA
(Inquiridor para a região de SAB)



UMARO CAMARÁ
(Inquiridor para a região de Oio)

Neste 2º ano continuaram-se as atividades do ano anterior com:

- / A análise e debate sobre os indicadores usados no primeiro ano;
- / O debate sobre quais e com que metodologia se incluíam indicadores de meios de subsistência;
- / A divulgação e motivação dos respondentes nas várias regiões com a entrega do livro com os dados de 2014 às organizações e pessoas chave como informantes;
- / A divulgação e motivação em geral com a organização da deslocação de uma exposição com os resultados do primeiro ano de 2014 às regiões incluindo os debates com as antenas e a coordenadora geral¹.

Fotografia 1 – Exposição dos resultados de 2014 em Cacheu



O debate sobre os indicadores decorreu em Bissau durante uma semana em regime intensivo com a presença de todos os inquiridores das regiões e do SAB, tendo incidido sobre as dificuldades, as dúvidas e as soluções adotadas na recolha e trata-

¹ Com gráficos e quadros de resultados de 2014, um grafismo atraente em painéis de formato transportável (A3) a cores com revestimento resistente ao manuseamento; foi das poucas vezes que muitas pessoas nas povoações do interior do país viram o resultado de um inquérito ao qual tinham respondido.

mento estatístico de dados recolhidos, sem perder de vista que os indicadores escolhidos tiveram como base aqueles que são referidos em Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012), classificados em Indicadores estruturais, de processos e de resultados na áreas de Segurança, Alimentação, Saúde, Justiça, Governação, Educação, Habitação e Saneamento, Água, Trabalho, Segurança Social, Liberdade, Género, Discriminação e Vida.

Nesse debate mantiveram-se as áreas inquiridas, corrigindo-se alguns indicadores e simplificando outros. Houve sempre o cuidado de manter a comparabilidade com o ano anterior, apesar de se saber que um aumento de dimensão da amostra (ver ponto seguinte) pode originar incoerências nos dados.

O NÚMERO DE ALUNOS NAS ESCOLAS

O número de alunos por turma está legalmente definido como tendo um máximo de 36. Quando fizemos a primeira recolha de alunos nas escolas numa região todas as turmas tinham 36 alunos. Questionada, a inquiridora respondeu que tinha sido essa a informação que os directores lhe tinham dado por telefone. Explicamos que se pretendia informação observada e não administrativa. Ou seja, pretendia-se informação recolhida nas escolas que fosse a realidade, quer fosse ou não essa a comunicação oficial nos mapas finais de envio ao Ministério da Educação. A informação foi corrigida. Numa visita a outra região, o inspetor informou que envia os mapas reais ao Ministério quer tenham mais ou menos alunos por turma do que a lei estipula. As atitudes são diferentes conforme a personalidade e a motivação de cada professor, diretor de escola, inspetor de setor e de região e Delegado Regional de Educação.

Incluiu-se, tal como tinha sido planeado, indicadores da área dos meios de subsistência (alimentação). Como a fonte desse tipo de indicadores são as famílias, inquiriu-se como caracterização da sua dimensão, composição por sexo, idade e instrução dos membros, atividade que desenvolvem e presença de crianças em idade escolar com e sem frequência. Tal permite cruzar as características familiares com o indicador escolhido de “número de refeições diárias da família” e também com o indicador de saneamento “destino do lixo do agregado familiar”.

Com efeito no debate também se considerou possível e desejável saber o destino do lixo que as famílias produzem. Tal questão irá permitir saber alguma coisa sobre a área de saneamento e portanto sobre o direito a uma qualidade de vida incompatível com o crescimento contínuo de lixeiras a céu aberto que se vêem em muitos países, sobretudo nas capitais ou nas maiores cidades.

A decisão de inquirir as famílias permite subir o nível de fiabilidade do Observatório mas implica um volume de trabalho acrescido para os inquiridores e para os apuramentos. Primeiro, porque se tem de ter uma amostragem significativa (ver ponto seguinte) no número de famílias a inquirir; segundo, porque para os inquiridores é muito diferente o trabalho de contactar com as famílias individualmente quando comparado com o trabalho de contacto com instituições como as escolas, postos de saúde ou mesmo com a polícia onde o acesso à informação uma vez obtido² é mais fácil ser repetido. O que não sucede com as famílias, que variam sempre de ano para ano e perante as quais a inquirição implica o estabelecimento de uma relação entre inquiridor e pelo menos o/a chefe de família tomando mais tempo e eventualmente obrigando a mudar de família inquirida se essa relação momentânea não for conseguida.

Assim, perante a impossibilidade de subir as remunerações e os custos de transporte, decidiu-se executar uma única recolha anual de todos os indicadores, manter as duas recolhas da área da educação no início e final do ano letivo e alargar significativamente as localidades inquiridas (ver ponto seguinte e Anexo I e II). Nos debates e nas visitas efetuadas surgiu a informação que o número de detidos varia sazonalmente (informação com base na polícia) sendo “época alta” durante a campanha de caju e “época baixa” o resto do ano. Há que verificar se em todas as regiões existe esta percepção e, se for confirmada, terá de haver duas recolhas, uma numa época e outra noutra.

Ficaram então os seguintes indicadores (entre parenteses as alterações para 2016):

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola no ensino básico, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo (em 2016 haverá dois

² Os inquiridores utilizam as autorizações que a Liga Guineense dos Direitos Humanos conseguiu do Governo para entrar nas escolas, postos de saúde e esquadras.

quadros, um com os dados da 1ª – 6ª classe e outro com dados da 7ª – 9ª classe nas escolas onde existirem)

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil) (em 2016 serão inquiridas também as farmácias privadas e não só as públicas)

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo grave de 3 ou mais cruces

8. 8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região - médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários

HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em percentagem

SANEAMENTO

13. Destino do lixo do agregado familiar

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

(Em 2016 haverá também o indicador: 20. Das crianças que vão à escola quantas tomam refeição na escola ?)

Para cada indicador procedeu-se à definição em detalhe de:

/ Conceito/definição de todos os componentes do indicador;

/ Justificação como indicador de Direitos Humanos;

/ Fontes de recolha de informação;

/ Tratamento/apresentação da informação;

/ Metodologia de cálculo;

/ Periodicidade de recolha;

/ Ventilação, cálculo nacional e regional.

EXEMPLIFICANDO

Custo de 5 medicamentos

(para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

- / **Definição:** acesso a medicamentos para as doenças mais vulgares no país medido pelo custo e pela existência desses medicamentos à venda em farmácias ou estabelecimentos que vendam medicamentos.
- / **Justificação como indicador de DH:** o acesso a medicamentos é um dos indicadores definidos para acesso a saúde. O sistema de saúde tem uma capacidade limitada de dar esses medicamentos aos doentes devendo estes adquiri-los por compra. O que sucede em algumas regiões e durante algum tempo é haver projetos com financiamento internacional que distribuem remédios gratuitamente.
- / **Fontes de recolha de informação:** recolha de preços nas farmácias ou estabelecimentos onde vendam remédios
- / **Tratamento/apresentação da informação:** envio dos preços para cada medicamento. Média simples ou cálculo central do desvio médio para cada tipo de medicamento.
- / **Metodologia de cálculo:** recolha dos preços de um destes medicamentos de cada tipo de doença na dose mínima vendida
 - / Paludismo: Coartem ou Cloroquina ou Arsumate ou Quinina ou Quinimax
 - / Febre, dor de cabeça: Aspirina ou Paracetamol
 - / Diarreia ou outras doenças gástricas: Mebendazol ou Metronidazol
 - / Dores de corpo: Ibrufen ou similar
 - / Hidratação sobretudo de crianças: saqueta de sais orais
- / **Periodicidade:** anual
- / **Ventilação:** regiões. A média nacional pode ser calculada, mas não tem grande interesse.

A sensibilização de entidades estatais e civis para a disponibilização de dados informativos foi feita em Bissau e nas regiões (excepto Bolama/Bijagós) ao longo de 2014 pela coordenação do Observatório e, nalguns casos, pela direção da LGDH, sobretudo junto de autoridades escolares, sanitárias e policiais.

No Relatório de análise e avaliação da primeira recolha de dados em 2014 afirma-se: *A apreciação é globalmente de Bom. E não chega ao Muito Bom porque ainda está muito incompleta nalgumas regiões e no SAB e porque há dados recolhidos de forma*

diferente dumas regiões para outras e isso tem de ser uniformizado. Também há dados recolhidos de forma displicente, “leve leve”, que dão a impressão de serem erros de quem não está habituado a recolher informação e optou pela via mais simples de perguntar à autoridade da educação ou da saúde e não verificar. (...) Assim as notas baixas atribuídas a alguns inquiridores devem-se à ausência de recolha de vários indicadores e não da má qualidade da recolha feita.

Nas recolhas de dados seguintes as deficiências indicadas melhoraram da parte dos inquiridores, mas pioraram da parte de quem introduziu os dados, tendo erros primários de transcrição e sendo evidente a ausência de uma cultura de tratamento estatístico quantitativo (o que não admira dada a formação em Direito ser dominante nas pessoas que fizeram essa introdução de dados).

Tal foi corrigido com a contratação do técnico estatístico já referido que permitiu em 2015 uma vigilância permanente sobre o processo de recolha, tornando a qualidade geral de nível alto em qualquer parte do mundo. A parte de preparação de divulgação com a elaboração de gráficos a partir dos quadros de cada indicador foi muito bem resolvida pelo outro técnico também referido anteriormente com boa formação em tratamento numérico e prática em Excel que colabora em *part time* com o Observatório.

Uma segunda formação em introdução de dados em computador de inquiridores foi ministrada por este técnico e ajudou a fixar o tipo de quadros utilizados para cada área de indicadores eliminando repetições e interpretações erróneas.

Os dois técnicos referidos efetuaram uma deslocação conjunta às regiões para acompanhar nos locais (escolas, centros de saúde, centros de detenção, etc.) os inquiridores numa das recolhas para terem maior conhecimento das condições com que os mesmos se defrontam.

No apuramento para este relatório foram resolvidas todas as dúvidas e dados ainda em falta (sobretudo no SAB) com empenhamento do técnico estatístico Gino Monteiro, dos inquiridores e do próprio responsável da LGDH, Dr. Luís Vaz Martins.

Por último, refira-se que os inquiridores, os dois técnicos de apoio e a coordenadora são todos nacionais e têm uma média de idade e de habilitações relativamente altas sendo, ou tendo sido, parte deles professores, o que ajuda à fiabilidade e à assunção da responsabilidade da recolha.

Tem-se consciência que na equipa há algum desequilíbrio em termos de género uma vez que só a coordenadora e uma das inquiridoras são mulheres, havendo dez inquiridores e dois técnicos homens. Mesmo a inquiridora de Gabu que faleceu foi substituída por um homem que era seu ajudante na recolha de dados. A verdade é que a necessidade de deslocações em motorizada por estradas de terra do interior não facilita a inclusão de mulheres, mas em futuras contratações dever-se-á tomar esse fator em atenção. Até porque, para alguns dos indicadores, os inquiridores homens têm mais dificuldades na recolha (sobretudo na área da saúde) do que a inquiridora mulher³.

Refira-se por último que o pedido aos inquiridores para aproveitarem as máquinas fotográficas recebidas para fazerem fotografias das instituições e localidades onde recolhessem informação com o objetivo de ilustrarem o presente livro e a exposição para divulgação dos resultados (tal como veio a acontecer), resultou numa enorme quantidade de imagens de todas as regiões do país inquiridas, como (que o autor conheça) não existe em parte nenhuma. Essas fotos são a melhor descrição que pode existir das condições boas e más das escolas, dos centros de saúde, das celas de detenção, etc., completando as informações quantitativas recolhidas.

³ Em experiências anteriores de direção de inquéritos em Bairros de Bissau entre 1986 e 2002 (mercados em Bissau, famílias em bairros de Quelele, Militar e Belém), o autor verificou que o ideal eram as equipas de dois inquiridores, um homem outro mulher. Mas com o orçamento disponível no Observatório tal só seria possível no SAB e não nas regiões.

AMOSTRAGEM

Num processo destes é central ter a organização de uma estrutura capaz e sustentável de recolha e análise de dados assente em pessoas nacionais residentes no país e nas regiões. Esse foi o grande investimento do primeiro ano de projeto com meios de transporte, apoio técnico e formação. Por exemplo, pediu-se aos inquiridores para fazerem várias recolhas espaçadas por poucos meses das condições dos centros de detenção. Tal pedido tem que ver com a necessidade de os inquiridores praticarem a recolha de informação em ambientes pouco favoráveis, ganhando prática e apropriando-se mentalmente dessa atividade como uma função que têm de executar. A análise crítica e as alterações ao longo do ano serviram para aperfeiçoar esta apropriação por parte dos inquiridores e dos técnicos nacionais de apoio.

Julgamos que tal foi conseguido no que respeita à recolha e ao acompanhamento técnico da mesma, mas não no que respeita à capacidade de análise que ainda está dependente de técnicos internacionais.

No primeiro ano definiu-se a amostra como sendo de base geográfica. Ou seja, inquiriram-se instituições de todas as regiões (excepto Bolama/Bijagós) e dentro de cada região escolheram-se os setores, com mais população segundo o recenseamento de 2009. Dentro de cada setor, as localidades foram escolhidas priorizando as mais populosas, mas deixando alguma liberdade aos inquiridores para substituições se a receção e contato com as instituições não permitisse a recolha de informação, tendo sido dada a indicação de inquirir pelo menos 10% de escolas e de centros de saúde existentes em cada setor, mantendo o mínimo de uma instituição por localidade se existir. Em todos os casos, os inquiridores das regiões excederam tal percentagem (ver anexo I).

No SAB existem administrativamente 8 setores; mas as pessoas conhecem a

cidade por bairros não por setores, estando os dados do recenseamento também apurados por bairros, setores e distritos de recenseamento (DR).

Assim a divisão que se fez dos locais de recolha respeitou esse conhecimento e a grafia dos nomes⁴ dos bairros utilizada no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2009, embora tenham populações muito diferentes desde o Bairro Militar com mais de 31 mil pessoas ao Bairro N^o Dame que tinha em 2009, 17 pessoas. Escolheram-se os bairros com mais população até à capacidade de trabalho dos inquiridores; tomando os dados do recenseamento, correspondem a 70,8 % da população recenseada no SAB.

No segundo ano, definiu-se como amostra 5% das localidades a serem inquiridas em todos os setores, todos os centros de detenção e as duas prisões⁵ que já se tinham inquirido no primeiro ano, pelo menos uma escola de cada localidade e bairro e centro de saúde/unidade de saúde de base (sempre com um mínimo de 1 localidade por setor ou bairro), um máximo de 50 casas por localidade ou aquelas que estivessem na rua principal, se o total na localidade fosse inferior.

Tabela 10 – Localidades inquiridas em 2015

Finalidade da inquirição	%	Número
Localidades sem Bolama Bijagós Censo 2009	100	4245
Localidades inquiridas para a educação	5,8	246
Localidades inquiridas para a saúde	6,0	253
Localidades inquiridas para a habitação, energia e água	6,0	256
Localidades inquiridas para a justiça	5,1	218
Localidades inquiridas para meios de subsistência e saneamento	9,4	397

Fonte: Observatório dos Direitos, 2015 e Recenseamento 2009

O número de famílias a serem inquiridas para os indicadores de meios de subsis-

⁴ Os nomes dos bairros mudam com o tempo. Existe um conjunto de bairros mais antigos cujo nome é estável. Mas dentro deles ou em zonas mais periféricas das cidades nascem outras concentrações de população que começam a designar-se de algum modo que acaba por tornar-se um bairro em geral nos recenseamentos. A expansão de Bissau também tem vindo a absorver tabancas que estavam nos arredores e pouco a pouco foram ficando dentro da cidade.

⁵ O centro de detenção da Polícia Judiciária em Bissau é mais uma prisão preventiva no processo judiciário do que um centro de detenção (ver Manitesse, 2016, pág.20); aliás é designado por “cárcere de prevenção” onde os acusados aguardam julgamento (*op.cit.*).

tência e de saneamento a percentagem de 5 % daria um volume de trabalho incomportável como se pode ver na Tabela 12 com um total de 9.063 agregados a serem inquiridos. Assim decidiu-se optar por uma estrutura de agregados a inquirir que se aproximasse da estrutura de agregados nacional, mas com números condizentes com o orçamento do projeto. Na tabela pode ver-se que esses agregados oscilaram entre 100 e 50 nas regiões conforme a população recenseada em 2009. Para o SAB, utilizou-se o número de agregados dos inquiridos aos orçamentos familiares que o INE executa, de 12 por bairro. Na realidade os inquiridores recolheram dados num número de famílias superior como prudência em relação a erros possíveis. Mas como essa recolha foi de boa qualidade permitiu apurar 751 agregados. E só não foram 779 porque o inquiridor de Cacheu não conseguiu inquirir alguns setores⁶ e o de Quínara falhou 1 agregado familiar (ver Anexo II).

A escolha em concreto dos agregados familiares a inquirir foi objeto de uma indicação ao nível local de agregados com habitação permanente (segundo a definição do Censo) e definição por via da família tal como o chefe de família a indica e não por números de habitação do agregado familiar. Ou seja, escolheram-se famílias que se definem como tal pelo fato de tomarem as refeições em conjunto independentemente do grau de parentesco e das habitações que ocupam se tiverem pelo menos uma habitação permanente.

Calculou-se assim uma taxa bruta de amostragem com base nos setores e bairros existentes e inquiridos:

Tabela 11 - Amostragem

Regiões e setores existentes	Regiões e setores onde foram recolhidos dados	Taxa de amostragem
BAFATÁ (Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboeil, Gã-mamudo(Ganadu))	Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboeil, Gã-mamudo(Ganadu)	6/6 (100%) no 1º e 2º ano
BIOMBO (Quinhamel, Safim, Prabís)	Quinhamel, Safim, Prabís	4/4 (100%) no 1º e 2º ano

⁶ Porque não tem carta de condução de mota e enquanto nuns setores a polícia o conhece e não liga, naqueles não permite. O projeto terá de disponibilizar meios para o inquiridor corrigir esta falha em 2016.

BOLAMA/BIJAGÓS	Não foram recolhidos dados	n. a.
CACHEU (Bigene, Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, S.Domingos)	Bigene (só 1º ano) , Bula, Caió, Canchungo, Cacheu	5/6 (83,3 %) no 1º ano e 4/6 (66,7%) no 2º ano
GABÚ (Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco)	Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco	5/5 (100 %) no 1º e 2ª ano
OIO (Bissorã, Farim, Mansaba, Mansoa, Nhacra)	Bissorã, Farim, Mansoa, Mansaba	4/5 (80 %) no 1ºano 5/5 (100%) no 2º ano
QUINARA (Buba, Empada, Fulacunda, Tite)	Buba, Empada, Fulacunda, Tite	4/4 (100 %) no 1º e 2ª ano
TOMBALI (Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo)	Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo	5/5 (100 %) no 1º e 2ª ano
SAB [Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelom de Cima e de Baixo, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda, Brá, Hafia, São Paulo, Penha, Djolo, Bissaque, Melhoramento, Internacional, Ajuda 1ª fase, Djogoro, Massa Cobra, Tete, São Vicente Paulo, Santa Luzia, Sintra Nema, Pluba de Cima e de Baixo, Nª Dame, Lero, Lala Quema, Flefe, Rossiu, Calequir, Amedalai, Ilheu de Rei, Varela, Tchada, Setembro, Mindara, Chão de Papel]	Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelum de Baixo e de Cima, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda	16/45 (70,8 % da população) no 1º e 2ª ano

Como se pode ver na Tabela 12, a estrutura da amostra recolhida tem um desvio padrão de 7,2 e a da série de todos os agregados recenseados em 2009 de 7,0 (se Cacheu tivesse cumprido teria respetivamente 6,9 e 7,0).

Com esta forma de constituir a amostra temos, na realidade, vários tipos de amostragem podendo dividir em dois grandes grupos: a amostragem de conglomerados (escolas, centros de saúde, centros de detenção) onde se inquiram instituições em número finito e pequeno embora com número nacional sempre superior aos números indicados na teoria estatística (≥ 30 ou ≥ 100) e a amostragem aleatória para as localidades, as habitações e as famílias.

Se quisermos calcular intervalos de confiança⁷ e considerando que ambas as distribuições do universo e da amostra são “normais”, teremos quadros como exemplificamos na Tabela 13 com os indicadores de Educação onde os valores negativos correspondem a perda de alunos e os positivos a ganhos de alunos por escola. Este último processo que na Guiné-Bissau se apelida de “altas” tem a ver com a deslocação de crianças para escolas que funcionam quando alguma outra por qualquer motivo deixa de funcionar de forma duradoura.

Tabela 12 - Agregados familiares a inquirir para “Meios de subsistência” e “Saneamento”

Regiões	Agregados 2009	Estrutura % dos agregados	5%	Decidido	Executado	Diferença	Estrutura % executado
Bafatá	25611	14,2	1281	100	103	+3	13,7
Biombo	11844	6,5	592	50	55	+5	7,3
Cacheu	23477	12,9	1174	100	73	-27	9,7
Gabu	26284	14,5	1314	100	102	+2	13,6
Oio	27396	15,1	1370	100	106	+6	14,1
Quinara	7757	4,3	388	50	49	-1	6,5
SAB	47306	26,1	2365	192	213	+21	28,4
Tombali	11578	6,4	579	50	50	0	6,7
SUB TOTAL	181252	100	9063	742	751	+9	100
Bolama/Bijagós	4215	2,3	211	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
TOTAL	185467	100	9273	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Observatório dos Direitos, 2015 e Recenseamento de 2009, INE

⁷ Um intervalo de confiança é um indicador da precisão dos dados recolhidos. É também um indicador de quão estável é a estimativa executada, ou seja de quão perto a sua amostra estará dos dados do universo, se você repetir o inquérito.

Tabela 13 – Intervalos de confiança para indicadores de Educação

INDICADOR	INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95%							
	REGIÃO							
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB
Abandono escolar								
Homem	(-5.9 ; 4.4)	(-37.3 ; -19.4)	(-14.7 ; -5.1)	(-4.1 ; 2.3)	(-6.1 ; -3.7)	(-4.0 ; -0.36)	(-5.2 ; 3.4)	(-78.8 ; 8.4)
média	-0.73	-28.3	-9.89	-0.88	-4.88	-2.2	-0.9	-35.2
Mulher	(0.4 ; 12.8)	(-32.1 ; -19.4)	(-19.7 ; -2.0)	(-8.0 ; 6.0)	(-5.2 ; -3.5)	(-5.5 ; 0.90)	(-5.8 ; 2.8)	(64.1 ; 31.3)
média	6.62	-25,78	-10,86	-1,02	-4,38	-3,2	-1,48	-16,39
Alunos por Professor								
Início do ano	(55.0 ; 63.0)	(26.7 ; 46.1)	(33.5 ; 42.5)	(58.4 ; 83.6)	(50.3 ; 61.7)	(41.2 ; 58.8)	(48.2 ; 63.8)	(31.8 ; 42.2)
média	52	36,4	38	71	56	50	56	37
Final do ano	(56.4 ; 65.6)	(21.5 ; 39.1)	(31.8 ; 40.2)	(58.6 ; 84.0)	(46.5 ; 57.5)	(39.6 ; 58.4)	(48.4 ; 63.6)	(28.0 ; 40.0)
média	61	30,3	36	71,3	52	49	56	34

Fonte: Observatório de Direitos, 2016

O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

A antiga Pérsia (cujo centro histórico se situava onde é hoje a República do Irão) é considerada como estando na origem do conceito de Direitos do Homem, no século VI a.C., no reinado de Ciro I, o Grande. Depois da conquista da Babilónia, em 539 a. C., o rei fez construir um cilindro (descoberto em 1879) que passou a ser conhecido como «a primeira declaração ou carta dos Direitos Humanos». Em 1971, a ONU traduziu esse cilindro para todas as línguas oficiais.

O cilindro contém leis de acordo com o tempo em que foi escrito: tolerância religiosa, abolição da escravatura, liberdade de escolha da profissão e expansão do império. Situa-se na tradição da Mesopotâmia, apresentando o ideal de um rei justo, na qual também se insere Hammurabi com o primeiro código de leis que se conhece, gravado em pedra cerca de 1750 anos a.C..

A história moderna dos Direitos Humanos, se pode ser reportada à *Magna Carta* (1215) e à *Petition of Rights* (1628), começa sobretudo com a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (1789), durante a Revolução Francesa, e com a *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* (1776), onde se afirma “*Consideramos estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são a vida, a liberdade e a busca da felicidade*”, sendo ainda de referir a Convenção de Genebra (1864) sobre prisioneiros de guerra.

A noção de direitos mínimos, devido à simples existência como ser humano, ou direitos naturais, é antiga e geral de diferentes civilizações. Na história moderna, esta ideia passou a ser explícita na legislação, reconhecendo a sociedade um valor jurídico normativo superior a qualquer outra norma.

As críticas também existiram e vieram curiosamente ainda no século XVIII da

Igreja Católica que defendeu, em 1791, que a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, pela sua natureza puramente filosófica, não podia substituir o direito canónico da Igreja. E, nos tempos contemporâneos, de países como a China que defende que cada país pode ter a sua especificidade mesmo nessas matérias, ou grupos terroristas, como o Estado Islâmico ou o Boko Haram, que nem reconhecem a existência desse tipo de direitos.

Os dois documentos de referência para este Observatório de Direitos Humanos na Guiné-Bissau são a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), adoptada pela Assembleia Geral da ONU, a 10 de Dezembro de 1948, e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, aprovada em 1981.

A Assembleia Geral da ONU proclamou a DUDH como “*o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva*”.⁸

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, adoptada pela 18.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana, a 26 de Junho de 1981, em Nairobi, no Quénia, é mais coletiva do que a anterior, salientando a sociedade de inserção do indivíduo, sem contrariar nenhum dos direitos pessoais daquela. Entrou em vigor em 1986. No seu texto, o centro é a presença de direitos coletivos (dos povos), como o direito à autodeterminação e livre condução dos negócios de um povo.

Nos tempos de hoje, os Direitos Humanos são classificados em várias categorias – direitos de participação política; direitos cívicos e direitos de organização da sociedade civil. Entre os que se poderiam dar como primeiro exemplo o direito de votar, de eleger e ser eleito. Este é talvez o direito que melhor personifica esta primeira geração de Direitos Humanos. Deste decorrem outros, como por exemplo o direito de formar partidos políticos, direito de associação, liberdade de opinião e expressão, direito de petição, entre outros.

⁸ O Sistema das Nações Unidas tem uma estratégia específica que pode ser consultada no documento *OHCHR Management Plan 2014-2017*. *On line* em <http://www.ohchr.org>

Designa-se esta primeira geração como Direitos e Liberdades Cíveis e Políticas.

A segunda geração de Direitos Humanos começou a tomar forma nos finais do século XVIII, inícios do século XIX. Os acontecimentos que lhe serviram de base foram a Revolução Industrial e as conseqüentes alterações profundas do modo de trabalhar e viver, sobretudo nos países europeus e dos EUA. Questões como horários de trabalho, férias, salários, condições de trabalho, associações de trabalhadores e sindicatos foram os traços definidores desta geração. Daqui advém o termo que designa esta segunda geração de Direitos Sociais.

Pela semelhança de tratamento, outros direitos são incluídos nesta geração, embora datem de um período mais recente, o início do século XX. São os Direitos Económicos e Culturais. A associação aos direitos sociais, passando a formar um ramo dos Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, passa pela atitude que tradicionalmente se lhe reconhece face ao Estado.

Enquanto os Direitos Cíveis e Políticos pedem do Estado, *grosso modo*, um dever de abstenção, ou seja, não interferência no exercício pelas pessoas destes direitos; os Direitos Económicos, Sociais e Culturais pedem, por sua vez, uma atuação do Estado, uma atitude intervencionista de redistribuição de riqueza criada, consubstanciada em prestações em espécie ou pecuniárias.

Na visão geral sobre os Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais estão numa primeira ordem de observação, pois referem-se diretamente às condições físicas de existência. Refletindo questões como a fome ou a ameaça à saúde pública decorrente da falta de saneamento e água potável, não se questionam em primeira instância com relação ao carácter não físico do direito de voto ou da liberdade de expressão garantida. Ou seja, uma população pode ter direito de voto sem qualquer restrição de direitos políticos mas sofrer de má nutrição crónica ficando afetada nos seus direitos de acesso a uma alimentação suficiente para uma vida digna.

Continuando o percurso cronológico do discurso dos Direitos Humanos, em meados do século XX, duas tendências marcam a terceira geração de Direitos Humanos: os movimentos de autodeterminação dos países colonizados e os movimentos feministas.

A terceira geração caracteriza-se, assim, pelos Direitos dos Povos, como o direito à autonomia territorial, à liberdade de viver em comunidade de acordo com a cultura

e identidade próprias, em tudo o que lhe é inerente.

Caracteriza-se também pelo movimento de emancipação da mulher, tanto no que diz respeito ao movimento pelo voto feminino, como à luta pela igualdade nos locais de trabalho, pelo acesso ao ensino superior e ao topo das carreiras que eram ou são ainda predominantemente masculinas.

A quarta geração de Direitos Humanos aparece no final do século XX, estando ainda a formar-se e a definir-se no século XXI.

Caracteriza-se por serem direitos de titularidade coletiva e terem um cunho predominantemente solidário e não individualista. Fazem parte desta geração os direitos ambientais e os direitos que protegem as pessoas das consequências das novas tecnologias, sendo que cabem aqui as referentes à informação, à privacidade, até à medicina e cuidados de saúde. Pode-se exemplificar em questões como a clonagem, as escutas/espionagem dos cidadãos pelo próprio Estado, o controle sobre os conteúdos da internet, a gravação não autorizada de comunicações por telemóveis ou outros meios, a possibilidade cada vez maior de cruzar ficheiros unificando informação sobre indivíduos e sobre entidades coletivas, em processos face aos quais o livro de Orwell e o seu Big Brother já parecem muito primitivos.

O QUADRO LEGAL DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU¹

¹ A fonte deste ponto é o capítulo de Yasmine Cabral in Augusta Henriques e outros (2015), *Desafios - Ora di Dirittu*, ACEP, Lisboa, excepto outras referências.

A Guiné-Bissau assume na sua constituição que os Direitos Humanos fazem parte do quadro de direito interno do Estado guineense, assumindo a Declaração Universal de 1948 como quadro legal nacional. Os documentos de referência mais recentes são a análise ao país feita em 2009 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e os dois relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008 e 2012). Há ainda estudos, uns mais aprofundados que outros, sobre grupos sociais como as mulheres – “Um retrato da violência contra as mulheres na Guiné-Bissau, de Sílvia Roque e mais cinco investigadores, 2011, UNWomen UNFPA, UNDP e UNIOGBIS – ou as crianças – várias obras da AMIC, ACEP, UNICEF e OIT sobre tráfico, trabalho infantil e abuso e exploração sexual. Assim a legislação guineense consagra expressamente o quadro legal de penas sobre a violência contra as mulheres (mutilação genital feminina/excisão, violência doméstica, casamento forçado e casamento precoce) bem como a violação, o abuso sexual e o tráfico. Consagra igualmente a liberdade cívica e política na linha da primeira geração de Direitos Humanos, bem como os direitos das crianças em especial a defesa contra o tráfico de crianças para exploração sexual ou trabalho forçado. Refira-se que o fenómeno do trabalho infantil ainda está muito pouco tratado na legislação guineense. Yasmine Cabral (2015, pp.351) afirma que “Não obstante o reconhecimento e a incorporação dos principais instrumentos internacionais e regionais em Direitos Humanos, nomeadamente o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Protocolo à Carta Africana relativo aos Direitos das Mulheres e o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança em África” o país continua a ter dificuldade na colocação

prática do conteúdo destes documentos. Como se pode constatar pelos dois relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008/2009 e 2011/2012) ou por relatórios internacionais, os Direitos Humanos de Liberdades Cívicas e Políticas ainda são constantemente violados sobretudo em períodos de instabilidade com intervenção dos militares que apenas a partir das eleições de 2014 se abstiveram de intervir na política do país. As restantes gerações de Direitos têm uma precaridade grande dependendo dos padrões de comparação tomados. Mas mesmo se ficarmos apenas na sub-região da Senegâmbia para comparação, os indicadores existentes para os restantes países demonstram que o direito a saúde, educação, segurança humana, etc., estão em geral mal colocados na Guiné-Bissau.

A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS

Os indicadores quantitativos são condição necessária, mas não suficiente para uma análise do respeito pelos Direitos Humanos no país. Os fenómenos deste tipo necessitam de indicadores qualitativos para que se percebam as indicações que os números podem facultar. Nestes dois anos de projeto, a preocupação foi conseguir o objetivo de ter indicadores quantitativos fiáveis que pudessem dar maior consistência à análise feita por anteriores relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos.

A construção desse tipo de indicadores de Direitos Humanos na Guiné-Bissau enquadra-se no Projeto do Observatório dos Direitos e parte de quatro critérios, válidos em qualquer país, que têm de se verificar em simultâneo na escolha dos indicadores:

1º Correspondência com a análise da realidade social, política e económica do país (Guiné-Bissau), tal como é feita pelo atual governo, por organizações da sociedade civil, em especial aquelas envolvidas no tema dos Direitos Humanos, por organizações internacionais como a ONU, o Banco Mundial, a União Africana ou a UNESCO, e pelos países e organizações internacionais parceiros de desenvolvimento desde há várias dezenas de anos como a União Europeia, Portugal e França.

2º Enquadramento internacional nos documentos específicos produzidos sobre o tema dos Direitos Humanos e dos indicadores associados como a Declaração dos Direitos Humanos, a Carta Africana e o documento *Indicateurs des Droits de L'homme-guide pour mesurer et mettre en oeuvre*, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2012 e no *Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux Droits de l'Homme* de 2011 que trata principalmente da utilização de indicadores na realização de Direitos económicos, sociais e culturais.

3º Adoptarem uma metodologia de recolha de informação credível e possível em todas as regiões com os recursos existentes. A existência de uma longa lista de indi-

cadores de DH pressupõe sempre uma escolha atendendo à capacidade de recolha de dados da estrutura que se propõe executar e aos recursos disponíveis para essa execução. A definição teórica de um indicador fora do mundo académico só serve se for possível recolher dados que demonstrem a sua validade e evolução.

4º Compreensão fácil do seu significado. É fundamental, no nosso entender, que os indicadores construídos possam ser divulgados de forma o mais alargada possível e, por conseguinte, que sejam compreendidos facilmente por pessoas de grupos sociais com diferentes níveis de instrução e interesse pelo tema.

Tais critérios enquadram-se perfeitamente nas características gerais dos indicadores de DH definidos pela literatura da área para a atual geração de indicadores:

Robustos, pertinentes e fiáveis	Relacionados com os DH	Globais e Locais
Independentes	Simples e específicos	Transparentes

Robustos, pertinentes e fiáveis: Ou seja, os indicadores escolhidos têm de ser recolhidos e calculados de forma segura, que não varie com o tempo e se possível testada internacionalmente; têm de ser significativos para aquilo que queremos analisar com esses indicadores e têm de ser recolhidos por processos que mereçam confiança e não casuais.

Independentes: Os indicadores têm de ser independentes de outras estatísticas para além das incluídas no seu cálculo e independentes de quem faz as perguntas de recolha de informação.

Globais/locais: Os indicadores devem poder ser calculados para o total do país, mas também devem poder ser calculados ou ventilados por regiões, grupos sociais, género ou outro tipo de divisão analítica social;

Transparentes: Os indicadores têm de ser claramente relacionados com os DH, ser de fácil leitura e interpretação.

Simples e específicos: Um indicador quanto mais simples for melhor. Se juntar muitas variáveis torna-se inútil de interpretar socialmente.

Como para outras áreas da vida humana, o sistema estatístico em geral não produz

informações específicas sobre os Direitos Humanos, mas produz números que podem ser lidos à luz da problemática dos DH.

Assim, devemos imaginar indicadores que utilizem as estatísticas administrativas e setoriais já produzidas, completadas por outras recolhidas expressamente para acompanhar a evolução dos DH, incluindo indicadores estruturais, de processo e de resultados.

O sistema de produção estatística guineense é decalcado do português com legislação e um órgão central – o Instituto Nacional de Estatística – com delegados nas regiões⁹, que tem uma produção de informação com regularidade, incluindo um índice de preços no consumidor mensal. A figura dos órgãos delegados existe com o Ministério da Educação, da Saúde e da Justiça, mas o ponto central da produção estatística são “as informações estatísticas pertinentes para a tomada de decisões na implementação e impacto de políticas em particular no tema de Luta Contra a Pobreza levado a cabo pelo Governo da Guiné-Bissau” (INE). Tem um protocolo com a UNICEF para produção de informação regular direccionada para as mulheres e as crianças, recolhida junto das famílias¹⁰ (*Multiple Indicator Cluster Surveys - MICS*). As operações estatísticas são executadas, em geral, com o apoio de financiadores externos através de protocolos de parceria.

A inclusão no sistema estatístico nacional da recolha de indicadores de Direitos Humanos seria desejável, pois daria condições de sustentabilidade melhores que qualquer projeto, mas teria de ter financiamento exterior enquanto o Estado guineense não conseguir ter orçamento capaz de o fazer. Teria além disso de ter âmbito nacional, uma vez que o Sistema Estatístico, por definição, não pode ter um subsistema que abranja apenas uma parte do país, como é o caso do projeto Observatório de Direitos que recolhe informações em todas as regiões e no Setor Autónomo de Bissau mas deixa a região de Bolama-Bijagós de fora (antiga capital e todo o arquipélago dos Bijagós)¹¹.

⁹ Site http://www.stat-guinebissau.com/sistema_estatistico/sistema_estatistico.htm.

¹⁰ Vamos utilizar o termo “família” como sinónimo de “agregado familiar” segundo a definição do recenseamento de 2009 (INE, 2009).

¹¹ Embora aconteça que ao iniciar um subsistema se comece pela capital e se vá estendendo à medida que haja recursos humanos e financeiros, como é exemplo o índice de preços no consumidor em diferentes países e também na Guiné-Bissau. Ou os indicadores sobre empresas, em que se começa em geral pelas mais organizadas e de maior dimensão estendendo-se progressivamente a outras.

DIREITO À EDUCAÇÃO

1. FREQUÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO POR ESCOLA, SEXO DOS ALUNOS, POR TABANCA VILA OU BAIRRO DE CIDADE NO INÍCIO E NO FINAL DO ANO LETIVO

O contexto de funcionamento das escolas mudou radicalmente em relação ao ano letivo de 2013/2014. Com o Governo eleito em meados de 2014, os salários dos professores foram pagos e as greves e ausências diminuíram, permitindo um funcionamento regular a partir das condições existentes. Se virmos os números da Tabela 1.1, temos um nível de abandono escolar no ensino básico que nos surpreende por ser relativamente baixo quando comparado com o ano anterior, mesmo em Biombo (note-se que esta região já teve um abandono alto em 2014 de 25-30 %), no SAB e em Cacheu. Temos portanto a noção que a permanência das crianças na escola é um dado dependente do funcionamento da mesma que, por sua vez, depende das condições físicas das escolas e dos professores. Com salários em atraso, os professores tem de encontrar outras fontes de rendimento e as escolas pioram imediatamente, apesar de haver escolas onde os pais pagam um subsídio aos professores para que não haja greves (informação oral de um diretor de escola confirmada por inquiridores). Muito possivelmente as famílias deixam de considerar útil que as crianças permaneçam em escolas onde a ausência de aulas é uma constante. Ou seja, o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas em especial o pagamento dos salários.

Tabela 1.1

Região	Alunos do ensino básico por sexo no início e final do ano letivo				Recenseamento 2009
	Abandono masculino	Abandono feminino	Relação no início M/F	Relação no final M/F	Relação M/F (*)
Bafatá	0.6	6.0	1.0	1.1	1.0
Biombo	10.5	11.4	1.1	1.1	1,1
Cacheu	6.4	5.1	1.1	1.1	1,1
Gabu	0.7	0.8	1.0	1.0	1.0
Oio	3.5	4.8	1.0	1.1	1,2
Quinara	1.0	2.3	1.0	1.0	1,2
Tombali	0.5	1.1	1.0	1.0	1,1
SAB	7.0	2.8	1.1	1.0	0,9

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e INE

(*) Dados do Recenseamento de 2009 para as Crianças entre 6-11 anos a frequentar a escola.

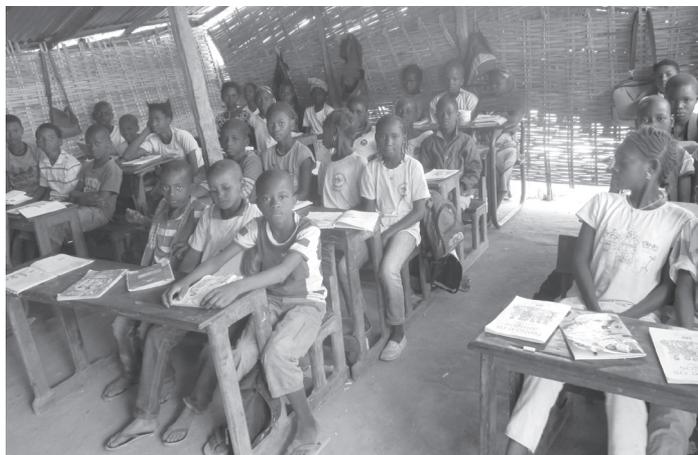
Com um índice de abandono global da amostra de 24,9 para rapazes e 24,2 para raparigas em 2014, este ano passou para 3,9 e 4,1 respetivamente. Mantém-se aquilo que afirmámos quanto a não ser verdade que haja uma diferença significativa entre géneros quanto ao abandono do estudo no ensino básico, mas a diferença entre os dois anos é abissal. Muito possivelmente a dimensão de tal discrepância tem origem na diferença entre as amostras de 2014 e de 2015 mas a tendência deve considerar-se como correta.

Comparando através da Tabela 1.1 os resultados da amostra inquirida no início do ano letivo com os dados do recenseamento de 2009 podemos ver que o abandono provoca uma maior proximidade entre a amostra e os dados nacionais de 2009 quanto à presença relativa de rapazes e raparigas nas escolas. Como tendencialmente nascem mais raparigas que rapazes estes dados indicam que as futuras mulheres ficam fora do sistema de ensino mais do que os futuros homens. Mas este indicador apenas pode ser indicio desse fenómeno e não dar – nos indicações mais precisas.

Como conclusão da análise deste indicador, o que podemos afirmar é que estas taxas de abandono não seriam um problema sério (excepto Biombo) se verificarmos

no próximo recenseamento que a taxa de ausência da entrada na escola em média nacional de 41 % para ambos os sexos no escalão etário 6-11 anos (dados de Censos 2009) também diminuiu.

Fotografias 2,3 e 4 - Biombo, Gabu e SAB, salas de aula





2. NÚMERO DE ALUNOS POR PROFESSOR POR ESCOLA DO ENSINO BÁSICO POR TABANCA VILA OU BAIRRO DE CIDADE NO INÍCIO E NO FINAL DO ANO LETIVO

Como já dissemos em Sangreman (2015), este é um indicador que mede o acesso ao ensino numa dimensão mais qualitativa. Ou seja, quanto mais alunos um professor tem, menos atenção dá a cada um deles, sendo o ensino que ministra mais impessoal e baixando a possibilidade de sucesso dos alunos, sobretudo os que não têm qualquer ajuda fora da escola, familiar ou por explicações. À luz dos conceitos de Direitos Humanos quanto maior é o ratio menos possibilidade têm as crianças de exercer o seu direito à educação.

Tabela 2.1

Região	Alunos por Professor no ensino básico		
	Início do ano letivo	Final do ano letivo	Diferença %
Bafatá	59	61	+3.4
Biombo	36	30	-16.7
Cacheu	38	36	-5.3
Gabu	71	71	0.0
Oio	56	51	-7.1
Quinara	50	49	-2.0
Tombali	56	56	0.0
SAB	37	34	-8.1

O número ideal de alunos por professores no ensino básico não existe, pois depende da qualidade dos professores, dos materiais e outros meios utilizados no ensino, apesar de haver autores que referem o número de 40 alunos por professor.

Se compararmos com outros países da África Sub Saariana¹², a base de dados do Banco Mundial dá-nos para a sub-região em 2013 o Senegal com 32 alunos por professor no básico, a Gâmbia com 36 e a Guiné-Conacry com 44. Ou seja, na Guiné-Bissau, em 2015, teremos o SAB, Cacheu e Biombo na média da sub-região, e todas as restantes regiões piores.

3. DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA ONDE HAJA ENSINO BÁSICO POR TABANCA VILA OU BAIRRO DE CIDADE.

Assumiu-se que em Bissau a distância percorrida pelas crianças para terem acesso a uma escola do ensino básico é em média de 1 km.

As distâncias médias recolhidas para as restantes regiões são as da Tabela 3.1:

Tabela 3.1

Região	Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)
Bafatá	6.0
Biombo	3.0
Cacheu	2.0
Gabu	2.70
Oio	2.0
Quinara	2.78
Tombali	2.0
SAB	1.0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se calcularmos uma média simples temos a distância de 2,6 km quando no ano de 2014 tínhamos 3,6 km. Se retirarmos o SAB temos uma distância média de 2,9 km.

¹² Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRL.TC.ZS>

Ou seja, cada criança fora de Bissau tem a escola mais próxima a uma média de cerca de 3 km de distância, com certeza mais curta nas cidades/vilas das regiões e mais longe no espaço rural. Com uma amostra maior, este indicador apresenta-se muito mais favorável em relação ao ano anterior. Este efeito é a conjugação de dois outros: maior número de escolas a funcionar e um aumento da amostra que dilui melhor os valores extremos dos dados.

Neste ano, apesar de haver diferenças entre regiões, apenas Bafatá surge com uma distância que pode levar a abandono escolar, originando alguma desigualdade de acesso à educação entre as crianças de diferentes regiões.

DIREITO À SAÚDE

4. DISTÂNCIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E O LOCAL ONDE EXISTA CONSULTA PRÉ-NATAL

Tabela 4.1

Região	Distância entre habitação e um local onde exista consulta pré-natal (km)
Bafatá	7
Biombo	7,4
Cacheu	8
Gabu	5,2
Oio	10
Quinara	10,8
Tombali	8
SAB	2,1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Este indicador foi escolhido para obviar à relatividade da distância entre a habitação e o local de assistência de saúde conforme as patologias (Sangreman, 2015). Ou seja, 3 km podem ser pouco ou muito conforme a doença de que padece quem tenha de os percorrer.

Em relação à amostra do ano anterior, os resultados obtidos mantêm Quinara e Oio com distâncias difíceis de percorrer para uma grávida contribuindo para que as

mulheres não possam exercer o seu direito à saúde em condições aceitáveis para o seu estado de gravidez. Mesmo considerando as restantes regiões, apenas o SAB pode ser considerado como aceitável (para mais sendo onde existem mais alternativas a transportes) se continuarmos a considerar como no ano de 2014 que no espaço rural guineense, andar a pé, 3-4 km seja aceitáveis, mas 6-8 km já seja uma distância difícil de percorrer para uma mulher grávida.

5. CUSTO DA PRIMEIRA CONSULTA PRÉ-NATAL (CARTÃO, ANÁLISE E CONSULTA) POR LOCAL ONDE SEJA POSSÍVEL FAZER ESSA CONSULTA

Este indicador fornece elementos de grande diferenciação entre as regiões como podemos ver na Tabela 5.1.

Tabela 5.1

Número de ordem	Região	Custo de consulta pré-natal, cartão de consultas e análise
1	Bafatá	1482
2	Biombo	1800
3	Cacheu	2391
4	Gabu	2700
5	Oio	3195
6	Quinara	3825
7	Tombali	4250
8	SAB	10054

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se considerarmos o custo como um indicador de acesso, ou seja, quanto mais alto for o custo mais baixo é o acesso a este tipo de serviço de saúde, temos a escala por regiões apresentada na mesma tabela.

Tabela 5.2

REGIÃO	CUSTO DE CONSULTA PRÉ-NATAL			
	Consulta	Cartão	Análise	Total
Bafatá	1000	389	1002	2391
Biombo	406	1531	1888	3825
Cacheu	0	500	2200	2700
Gabu	0	0	3195	3195
Oio	402	546	534	1482
Quinara	0	0	1800	1800
Tombali	0	0	4250	4250
SAB	1556	1423	7075	10054

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Mas na realidade esta análise tem de ser mais pormenorizada ao nível das regiões pois como se pode ver na Tabela 5.2 há recolhas que indicam zero custos para “consulta”, “cartão” ou ambos. Ou seja há nas regiões projetos ligados a financiadores externos que pagam esses custos originando um maior acesso a cuidados de saúde por via da baixa do custo e da garantia de pagamento atempado regularmente da remuneração aos profissionais que ficam desse modo não dependentes do Ministério da Saúde.

Se esses projetos têm ou não adquirido sustentabilidade de forma a poderem continuar mesmo que os financiadores externos se retirem, não temos informação. Mas o que nos dizem os inquiridores é que nos períodos em que um projeto interrompe o funcionamento os custos sobem imediatamente.

Fotografia 5 – Bafatá, Casa de banho do Centro de Saúde



Assim, se compararmos Gabu, Quinara e Tombali (e mesmo Cacheu onde a consulta é grátis mas os restantes custos são baixos) temos uma situação favorável em relação a outras regiões mas que pode terminar abruptamente. No SAB os custos são mais altos especialmente nas análises, supomos que pela procura desses serviços ser superior. Ou então as análises feitas são mais completas que nas outras regiões.

Tabela 5.3

Região	Custo de saco de arroz de 50 Kg	Dias de consumo de arroz expressos em custos de consulta pré natal (*)
Bafatá	16000	4.5
Biombo	17500	6.6
Cacheu	17000	4.8
Gabu	16500	5.8
Oio	17000	2.6
Quinara	17500	3.1
Tombali	15000	8.5
SAB	17500	17.2

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 . (*) Considerando que cada agregado consome um saco de 50kg de arroz por mês.

Tal como fizemos para 2014, para procurarmos perceber se estes custos são ou não elevados podemos comparar com o preço do saco de arroz de 50 kg comprado no mercado da capital da região (Tabela 5.3) verificando que tal percentagem varia entre dois e meio a 17 dias. Com estes valores sobretudo no SAB, não admira que as mulheres grávidas considerem a possibilidade de não irem a estas consultas, mesmo nas regiões onde parte dos custos são assegurados por projetos.

6. CUSTO DE 5 MEDICAMENTOS (PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA, DORES E HIDRATAÇÃO INFANTIL)

Este indicador junta preços de medicamentos para as doenças mais vulgares no país. Com uma dimensão média na família de 10.3 pessoas na nossa amostra (ver indicadores de Meios de Subsistência) com a presença simultânea de crianças, jovens e adultos em praticamente todos os agregados, acredita-se que a probabilidade de uma família ter estas doenças num ano é alta. Note-se que no caso do paludismo este indicador refere o medicamento para crises da doença não muito graves (para mais graves ver indicador seguinte).

Tabela 6.1

Região	Custo total de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	Dias de consumo de arroz expressos em custos de medicamentos
Bafatá	3692	6,9
Biombo	3268	5.6
Cacheu	1230	2.2
Gabu	3079	5.6
Oio	5038	8.9
Quinara	3361	5.8
Tombali	681	1.4
SAB	5298	9.1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Tabela 6.2

REGIÕES	Paludismo	Febre	Diarreia	Dores	Hidratação	TOTAL
Bafatá	1390	436	540	712	614	3692
Biombo	720	213	903	235	1197	3268
Cacheu	0	830	0	0	400	1230
Gabu	838	631	468	571	571	3079
Oio	1038	917	744	1499	840	5038
Quinara	625	949	360	797	630	3361
Tombali	288	100	174	119	0	681
SAB	1381	1054	869	875	1119	5298

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se tomarmos os custos como um indicador de possibilidade de acesso, então é evidente que o acesso a medicamentos não é o mesmo para todo o país, chegando a mais de sete vezes o custo entre o mais caro (SAB) e os mais baratos (Tombali e Cacheu). Para a região de Tombali, existe um projeto que distribui gratuitamente esses medicamentos de hidratação infantil baixando a soma total. Para Cacheu, que era uma das regiões mais caras em 2014, vários medicamentos passaram a ser gratuitos. Outra hipótese que colocamos é terem desaparecido do mercado, mas os inquiridores dizem-nos que há projetos que estiveram parados durante o período do governo saído do golpe de Estado de 2012 e que foram retomando a atividade gradualmente depois das eleições de 2014. Mesmo a indicação dos preços de medicamentos de hidratação ou de febre em Cacheu referem-se a um número mais pequeno de centros de saúde do que aqueles que foram inquiridos já que os restantes reportaram zero custos.

Assim o direito a acesso a medicamentos (inverso dos custos) em Cacheu é o segundo maior, mas tal deve-se aos projetos existentes.

Sem Cacheu, teríamos custos mais altos como se pode ver na Tabela 6.3. Ou seja, sem este tipo de projetos a população piora claramente o seu acesso à saúde.

Tabela 6.3

Região	Custo total médio por medicamento para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil
Região	1
Paludismo	785
Sem Cacheu	897
Febre	614
Sem Cacheu	641
Diarreia	507
Sem Cacheu	580
Dores	601
Sem Cacheu	687
Hidratação infantil	671
Sem Cacheu	710

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Continuamos a constatar a ausência de um mercado definidor de preços via oferta e procura como em 2014, sendo a variação do preço dos medicamentos muito baixa. A explicação encontrada em 214 foi que as licenças atribuídas pelas autoridades regionais obrigam a um preço durante a sua vigência, mas atendem pouco ao preço existente noutras regiões.

7. CUSTO DE CONSULTA, EXAMES, ANÁLISES, MEDICAMENTOS, SORO E OUTROS PARA PALUDISMO DE 3 CRUZES

Este indicador completa o anterior procurando saber o custo de acesso a saúde no caso de uma situação mais grave de paludismo. Do debate com os inquiridores concluiu-se que a situação mais frequente, mais grave, tratável no país era o paludismo de 3 cruces. Ou seja, um paludismo que pode matar o doente se não for

tratado apesar da escala contemplar 5 cruces como valor máximo. Assim definiu-se um padrão de tratamento composto por exames, medicamentos, soro e outros e recolheram-se informações sobre o custo de cada. O resultado está na Tabela 7.1

Tabela 7.1

Região	Custo de tratamento de paludismo de 3 cruces	Dias de consumo de arroz expresso em custos de tratamento
Bafatá	4895	9.2
Biombo	6169	10.6
Cacheu	1277	2.3
Gabu	17427	31.7
Oio	7269	12.8
Quinara	15615	26.8
Tombali	7120	14,2
SAB	19252	33.0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se em Cacheu temos um custo baixo devido a termos “soro” e “outros” a custo zero, nas restantes regiões estes tratamentos têm um custo muito alto. Mesmo Quinara, que em 2014, tinha um custo baixo triplicou esse valor para 2015.

Utilizando a mesma escala que o indicador anterior, teríamos os dias, expressos em custo de arroz diário, indicadas na última coluna da Tabela 7.1 e que para muitas famílias devem ser impossíveis de cobrir sem endividamento, salientando-se o custo na capital do país.

Fotografia 6 – Quinara na consulta em Tite



8. PESSOAL DE SAÚDE POR HOSPITAIS, CENTROS OU UNIDADES DE BASE POR REGIÃO (MÉDICO, ENFERMAGEM, PARTEIRA, AUXILIAR DE SAÚDE E AGENTES DE SAÚDE COMUNITÁRIOS)

A construção deste indicador parte da tese que os profissionais de saúde no serviço público exercem apenas numa instituição, eventualmente acumulando com atividade privada (em clínicas de privados, de missões religiosas ou como individuais). Temos vindo a verificar que essa assunção de base pode não corresponder à verdade. Ou seja, o mesmo profissional pode trabalhar num hospital durante um período do dia ou da semana e num centro de saúde ou noutra hospital no restante período, sendo pago por ambos. Solicitámos às autoridades (Ministério da Saúde) o rol do pessoal afeto às estruturas de saúde por regiões. O resultado consta da Tabela 8.1 e poderá servir para uma inferência mais elaborada para o espaço nacional dos resultados da nossa amostra do que aquela que foi calculada em 2014. Note-se que estes dados

não incluem os agentes auxiliares de saúde nem os agentes de saúde comunitários. E incluem técnicos como farmacêuticos, analistas, assistentes sociais, radiologistas, oftalmologistas, etc., que não estão incluídos na recolha de indicadores do projeto.

Tabela 8.1

REGIÕES	Tipo de instituição	PESSOAL DE SAÚDE OFICIAL				
		Médicos	Enfermeiros	Parteiras	Total	OUTROS
Bafatá	TOTAL	17	110	1	128	8
	Hospital	9	49	1	59	5
	Centro Saúde	6	45	0	51	2
	Outros	2	16	0	18	1
Biombo	TOTAL	25	105	16	146	21
	Hospital Cumura	9	33	7	49	11
	Hospital S.J.Bor	8	17	0	25	2
	Centro Saúde	6	40	9	55	6
	Outros	2	15	0	17	2
Cacheu	TOTAL	21	111	19	151	21
	Hospital	9	38	2	49	9
	Centro Saúde	11	71	16	98	12
	Outros	1	2	1	4	0
Oio		17	98	8	123	18
Farim	Hospital	3	14	2	19	6
	Centro Saúde	0	10	0	10	0
	Outros	1	2	0	3	0
Oio	Hospital	7	29	2	38	6
	Centro Saúde	5	41	3	49	5
	Outros	1	2	1	4	1
Gabu	TOTAL	14	95	5	114	33
	Hospital	8	37	3	48	22
	Centro Saúde	3	52	1	56	10
	Outros	3	6	1	10	1

Quinara	TOTAL	3	54	4	61	11
	Hospital	0	0	0	0	0
	Centro Saúde	3	54	3	60	11
	Outros	0	0	1	1	0
Tombali	TOTAL	7	66	6	79	4
	Hospital	3	27	1	31	4
	Centro Saúde	3	37	4	44	0
	Outros	1	2	1	4	0
SAB		131	498	80	709	700
HNSM	HNSM	75	256	37	368	215
SAB	Centro Saúde	12	130	35	177	43
	Outros	3	9	2	14	13
Outras estruturas	Hospital Raul F.	8	25	0	33	84
	Outras	12	59	3	74	197
	Central	21	19	3	43	148

Fonte: Ficheiro do Ministério da Saúde, 2016, obtido com autorização oficial

Mas o indicador comparável em 2014 e 2015 é o número de habitantes por tipo de pessoal médico ou enfermeiros, bem como o número de mulheres por parteiras, calculado a partir da amostra recolhida.

Tabela 8.2

REGIÃO	HABITANTES POR PESSOAL DE SAÚDE				
	Médicos	Enfermeiros	Número de mulheres por Parteira	Agentes auxiliares de saúde	Agentes de saúde comunitários
Bafatá	3684	3231	9423	19092	244
Biombo	24280	3133	9858	(*)	537
Cacheu	8750	2831	8811	(*)	535
Gabu	30790	3781	26504	(*)	576
Oio	16046	4405	8005	8640	808

Quinara	12722	1078	351	(*)	167
Tombali	15823	1899	23495	(*)	(*)
SAB	4459	1029	1977	14920	4910

(*) Não foram recolhidos ou não existem. Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Como já referimos em 2014 tal metodologia supõe uma uniformização de meios disponíveis e de formação desse pessoal que não se verifica num país com tantas carências como a Guiné-Bissau, onde o enfermeiro tem muitas vezes de assumir o papel de médico e o médico tem de recorrer à imaginação e à analogia com outros casos seus conhecidos para efetuar o diagnóstico, uma vez que os meios de que dispõe no primeiro contacto com o doente não lhe permitem obter análises ou exames auxiliares para o seu trabalho.

E se conseguir acertar com o diagnóstico, a probabilidade de ter meios de tratamento adequados é igualmente baixa, embora o número de analistas seja considerável.

Tabela 8.3

REGIÃO	MÉDICOS POR 1000 HABITANTES
Bafatá	0.27
Biombo	0.04
Cacheu	0.11
Gabu	0.03
Oio	0.06
Quinara	0.08
Tombali	0.06
SAB	0.22

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Para o cálculo deste indicador vamos utilizar os dados recolhidos pelo Observatório e os números de população do recenseamento de 2009 já que como já se explicou no ponto sobre amostragem não existem projeções demográficas para as regiões a não ser aquelas que assentam em taxas médias de crescimento dos recenseamentos

realizados no país (válidas apenas para grandes números), pois os dados de base regionalizados sobre mortalidade, natalidade e migrações não são fiáveis. Um indicador mais utilizado internacionalmente, mas menos legível de imediato, é o número de médicos por 1000 habitantes. A Guiné-Bissau está um pouco acima do Senegal e abaixo da Gâmbia (segundo a base de dados da OMS).

Qualquer um dos dois indicadores nos diz que Bafatá seguida do SAB e de Cacheu estão melhores providos de recursos de saúde para uma maior garantia que o direito de acesso seja cumprido. Biombo e Gabu têm os piores valores dos dois indicadores, mas a proximidade de Bissau e de Bafatá aponta para uma interpretação cautelosa. Quinara, sendo a única região onde os valores oficiais não indicam qualquer estrutura hospitalar regional, mas apenas centros de saúde, têm indicadores razoáveis, dada a dimensão da população.

A CONSULTA PRÉ-NATAL

Numa região, os números do custo de consulta pré-natal não apareciam por muito que se insistisse com o inquiridor. Até que se percebeu que o inquiridor, um rapaz, bem-parecido, jovem, achava que não podia ir em busca dessas informações sem levantar suspeitas sociais de estar a fazê-lo por conta de alguma aventura que incluiria uma gravidez inesperada. Quando se sugeriu que recolhesse essa informação através de uma senhora mais velha ou uma grávida, as informações apareceram sem problemas.

DIREITO À HABITAÇÃO, ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO

HABITAÇÃO

9. NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO

Este indicador procura dar informação sobre a qualidade de vida da população partindo do princípio que o número de pessoas por quarto deve ser entre 1 e 2.

Tabela 9.1

REGIÃO	NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO
Bafatá	3.6
Biombo	2.5
Cacheu	2.8
Gabu	2.3
Oio	2.5
Quinara	2.3
Tombali	2.8
SAB	3.1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Nenhuma das regiões da Guiné-Bissau tem valores nesse intervalo de referência. Mesmo Quinara, que era a única dentro desses valores em 2014, nesta amostra de 2015 já se situa fora. O SAB confirma o valor de 2014 que não é o mais negativo contrariamente ao que se poderia esperar pela concentração populacional na capital.

10. NÚMERO DE CASAS ONDE SE PODE VER MELHORIAS, POR TABANCA VILA OU BAIRRO DE CIDADE EM PORCENTAGEM

Este indicador parte do princípio que a melhoria da habitação é um dos primeiros investimentos que uma família faz quando dispõe de alguma poupança ou de algum acesso extra a recursos. Essas estratégias melhoram o direito a uma habitação digna e estão centradas na capacidade privada e não na pública ou estatal.

Fotografia 7 – Tombali, casas vistas e melhoradas



Alguns projetos de ONG tem medidas de ajuda (por exemplo, a compra de chapas de zinco para telhados) para melhoria das casas mas isso não invalida o indicador que reporta a subida na qualidade de vida seja qual for a origem das verbas que o permitiram.

Observaram-se um número de casas e dessas registaram-se aquelas onde se podia ver melhorias a partir da exterior. Os inquiridores, quando a situação não era clara, perguntavam ao residente, mas não inquiriam melhorias não visíveis da rua. Na amostra de 2015, observaram-se um número muito superior de habitações melhoradas, em relação a 2014.

Tabela 10.1

REGIÃO	NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO	CASAS COM ÁGUA CANALIZADA EM % DAS OBSERVADAS
Bafatá	41.6	1.9
Biombo	19.9	0.1
Cacheu	39.1	0.0
Gabu	21.8	0.6
Oio	12.9	2.0
Quinara	22.7	5.3
Tombali	50.8	0.5
SAB	54.3	29.6

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

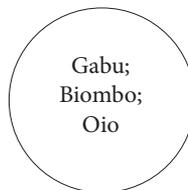
A percentagem de casas observadas com água canalizada é diminuta como se pode ver na Tabela 10.1, excepto no SAB. Na realidade observada, só se pode considerar que existe água canalizada em Bissau. No resto do país, não existe como elemento que contribua significativamente para o bem-estar das populações e para o seu direito de acesso a água.

Em comparação com 2014 temos:

Melhoraram



Pioraram



DIREITO A ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. NÚMERO DE POÇOS TRADICIONAIS, MELHORADOS, COM BOMBA A FUNCIONAR, EXISTÊNCIA DE ÁGUA CANALIZADA, POR TABANCA VILA OU BAIRRO DE CIDADE

Uma vez que a presença de água canalizada, e portanto com maiores probabilidades de ser tratada, é diminuta, o acesso a água faz-se por poços tradicionais, tradicionais melhorados e poços com bomba de extração. Estes poços melhorados podem não ter a água tratada diretamente mas a sua estrutura dificulta a infiltração de resíduos ou outras águas contaminadas ou simplesmente sujas.

Fotografia 8 – Cacheu, poço com bomba a funcionar



Assim quanto melhores poços existem numa região, melhor a qualidade de acesso a água e logo melhor o direito de acesso a essa componente de uma vida de qualidade.

Com estes dados, aquilo que se pode apreciar no sentido referido atrás, são as regiões de Oio e Tombali terem uma estrutura de poços com menos probabilidade de fornecerem melhor água, enquanto o SAB é a única onde os poços melhorados são em número e estrutura superior aos tradicionais.

Tabela 11.1 – Poços de água por tipos de construção em % do total existente

REGIÃO	NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO	CASAS COM ÁGUA CANALIZADA EM % DAS OBSERVADAS	POÇOS COM BOMBA DE EXTRAÇÃO A FUNCIONAR
Bafatá	66,8	24,5	8,7
Biombo	69,9	12,0	18,0
Cacheu	68,5	26,2	5,3
Gabu	69,9	23,8	6,3
Oio	72,2	14,7	13,1
Quinara	50,3	35,7	14,1
Tombali	71,3	15,0	13,8
SAB	26,0	73,9	0,1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

ENERGIA

12. NÚMERO DE CASAS DE HABITAÇÃO ILUMINADAS PARTE DA NOITE COM LÂMPADAS ELÉTRICAS ALIMENTADAS POR ENERGIA DE QUALQUER FONTE (EM GERAL REDE, GERADOR OU PAINEL SOLAR), EM PERCENTAGEM

Este indicador mede a capacidade duma família suportar uma despesa para ter a casa iluminada por luz elétrica. A situação em 2015 da rede pública é bastante melhor a acreditar nas notícias de jornais, televisão e rádio, tendo sido inaugurada luz pública em várias zonas do país que nunca tinham tido esse acesso pelo menos desde a independência.

No SAB, a mudança é significativa passando de 51,1 % em 2014 para 66,7 % em 2015. Nas regiões fora de Bissau, houve aquelas que melhoraram a percentagem de casas iluminadas (Cacheu, Quinara e Tombali) e as que pioraram (Bafatá, Gabu, Biombo e Oio), mas não temos a razão dessa evolução díspar, podendo resultar do aumento do número de observações que se fez em 2015 ou de simplesmente a melhoria ou mesmo a nova instalação da iluminação pública não ter ainda chegado a todas as localidades inquiridas.

Tabela 12.1

REGIÃO	CASAS ILUMINADAS COM LUZ ELÉTRICA EM % DAS OBSERVADAS
Bafatá	15.0
Biombo	8.2
Cacheu	7.1
Gabu	18.8
Oio	11.3
Quinara	16.7
Tombali	21.7
SAB	66.7

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

SANEAMENTO

13. DESPEJO DE LIXO



Fotografia 9 – Oio, camião de retirada de lixo.

Este indicador aponta para um sistema de esgotos/despejos de lixo com predomínio da queima dos mesmos (incineração) ou de “esgotos selvagens”. Estes últimos são as denominadas lixeiras a céu aberto que predominam em Quinara e em Cacheu, sem tratamento nenhum exceto ocasionais incêndios e a limpeza feita pelos jagudis. O direito a uma qualidade de vida que não seja

influenciada pela forma de saneamento é pouco assegurado nestas regiões. Os “esgotos públicos” não existem para estas famílias nem mesmo no SAB. O padrão noutras zonas do mundo é que estas lixeiras se tornam um grande problema de saúde à medida que as cidades e o consumo das populações vão crescendo.

Tabela 131

TIPO DE DESTINO DO LIXO	DESTINO DO LIXO DOS AGREGADOS FAMILIARES (*)										
	REGIÃO										
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB	TOTAL	%	
Esgotos públicos	0	0	0	1	0	0	0	4	5	10	
%	0	0	0	1,0	0	0	0	1,9	0,5	0,5	
Retirada	65	12	1	11	24	17	2	93	225	450	
%	34,4	16	1,2	10,8	22,6	34,7	1,8	43,7	24,3	24,3	
Incineracão	82	36	23	55	70	1	47	61	375	750	
%	43,4	48	27,7	53,9	66,0	2,0	43,1	28,6	40,5	40,5	
Enterro	11	8	0	7	8	0	19	4	57	114	
%	5,8	10,7	0	6,9	7,5	0	17,4	1,9	6,2	6,2	
Esgotos selvagens	31	19	59	28	2	31	41	51	262	524	
%	16,4	25,3	71,1	27,5	1,9	63,3	37,6	23,9	28,3	28,3	
Outros	0	0	0	0	2	0	0	0	2	4	
%	0	0	0	0	1,9	0	0	0	0,2	0,2	
Total(*)	189	75	83	102	106	49	109	213	926	1852	
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Observatório de Direitos, 2015

(*) Cada agregado pode dar mais de uma resposta se utilizar vários meios de destino do lixo.

DIREITO À JUSTIÇA

14. DISTÂNCIA DO LOCAL DE HABITAÇÃO A UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Este indicador é revelador do acesso à Justiça num país onde os transportes públicos são fracos, as estradas pouco tratadas e o funcionamento processual dos tribunais leva a demoras e ao não cumprimento frequente dos prazos legais¹³. Todo este ambiente externo do acesso à Justiça implica que a distância e o custo de a percorrer sejam tomados em conta na decisão de apresentar ou não uma questão a um tribunal ou a outras instancias como a polícia e as autoridades tradicionais. Os tribunais de setor, mesmo quando existem, só em parte resolvem estes problemas dado o seu âmbito restrito de funções.

Tabela 14.1

REGIÃO	DISTÂNCIA ENTRE A HABITAÇÃO E UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA (KM)
Bafatá	16
Biombo	15
Cacheu	15
Gabu	29
Oio	17
Quinara	50
Tombali	33
SAB (*)	2

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 / (*) Estimou-se 2 km para o SAB.

13 Veja-se Santos, A.F., Sangreman, C e Martins, L.V. (2015), *A Qualidade da Justiça na Guiné-Bissau, 2014-2015*, PNUD, Bissau.

Se, em geral, e com exceção do SAB, as distâncias são significativas, para Quinara implicam uma ausência do recurso a tribunais a não ser depois de esgotadas todas as outras formas possíveis de resolução, cortando o direito de acesso à Justiça da maioria da população.

15. NÚMERO DE PESSOAS DETIDAS POR ÁREA DAS CELAS, POR SEXO E POR CENTRO DE DETENÇÃO

Este indicador expressa-se de forma mais imediata calculando os metros quadrados disponíveis para cada detido como se pode ver na Tabela 15.1. Em diferentes publicações é indicado que a área ideal para uma cela individual é de 3,5 x 2 m ou seja 7 m² por detido, e na prisão de Bafatá a cela individual foi concebida com 6 m². Se considerarmos as mesmas áreas por detido para celas coletivas pode afirmar-se que apenas Gabu atinge esses valores, melhorando em relação a 2014.

Tabela 15.1

REGIÃO	ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO HOMEM	ÁREA EM M2 DE DETENÇÃO POR DETIDO MULHER
Bafatá	2.6	Não há detidas
Biombo	3.3	Não há detidas
Cacheu	1.2	0
Gabu	19.7	Não há detidas
Oio	1.4	Não há detidas
Quinara	2.5	Não há detidas
Tombali	2.2	Não há detidas
SAB	0.8	8.3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Mas a evolução verificada é apenas função das pessoas detidas e não de alterações nas instalações dos Centros de Detenção e, portanto, piora ou melhora conforme o número de detidos. O direito à Justiça que também contempla as condições de prisão está muito pouco assegurado.

Como podemos ver na Tabela 15.1, as condições de detenção das mulheres são muito melhores que as dos homens. Mas tal deriva de uma prática de não encarcera-

mento de mulheres pela polícia, possivelmente com receio de que as más condições das celas originem outros problemas, nomeadamente violações. Em Cacheu, foi observada uma detida. Mas como não há cela segura para mulheres, essa detida está no espaço comum do Centro e vai passar as noites a casa (fonte do inquiridor, Clemente Mendes).

16. NÚMERO DE PESSOAS PRESAS POR ÁREA DAS CELAS, POR SEXO, NA PRISÃO DE BAFATÁ E NA DE MANSOA

Na Tabela 16.1, pode-se ver que as condições de espaço nas prisões de Bafatá e de Mansoa são idênticas genericamente às dos Centros de Detenção. Melhores em Bafatá (era melhor em Mansoa em 2014) mas ainda assim abaixo dos valores padrão. No total do ano de 2015, os inquiridores não registaram a presença de mulheres presas.

Tabela 16.1

REGIÃO	ÁREA EM M ² DE DETENÇÃO POR DETIDO HOMEM	ÁREA EM M ² DE DETENÇÃO POR DETIDO MULHER
Bafatá	2.6	Não há detidas
Biombo	3.3	Não há detidas

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Fotografia 10 – Tombali, cela do centro de detenção



17. CONDIÇÕES DAS ZONAS DE CELAS NAS PRISÕES DE BAFATÁ E DE MANSOA E NOS CENTROS DE DETENÇÃO (VENTILAÇÃO, ACESSO A ÁGUA, ALIMENTAÇÃO, COBERTURA, DORMITÓRIO)

Este é um indicador de direito ao acesso a Justiça que inclui o tratamento digno das pessoas que cometeram delitos e estão a cumprir pena no caso das prisões ou em processo de instrução ou julgamento no caso dos centros de detenção e portanto ainda sob a presunção de inocência.

As populações e os próprios guardas têm tendência para apelidar os Centros como cadeias ou prisões. E supomos que a morosidade dos processos implica que haja estadias prolongadas de acusados nestas instalações.

Pelos dados recolhidos e como se pode verificar na Tabela 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4, as condições dos Centros de Detenção variam bastante entre regiões mas podem resumir-se no seguinte

- / As condições de dormitório mantêm-se como no ano de 2014: são más ou péssimas; como se vê nas fotos das celas os detidos dormem no chão em cima de esteiras com ou sem algum pano/cobertor a tapá-los.
- / A ventilação é má ou regular;
- / A cobertura na sua maioria é boa e razoável;
- / Não existe acesso livre a água, ou seja os detidos têm de pedir aos guardas se podem beber água;
- / Não são fornecidas refeições, nem é permitido aos detidos cozinhar ou aquecer a comida que lhes é dada do exterior e que passa necessariamente pela inspeção dos guardas.

Tabela 17.1 - Condições das zonas de detenção nos Centros de Detenção

TIPOS DE CONDIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO					TOTAL
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	
Ventilação	5	5	12	17	0	39
Cobertura	24	7	0	8	0	39
Dormitório	0	0	1	22	16	39
	Não tem		Tem			
Acesso a água (*)	39	0				39
Acesso a alimentação (**)	39	0				39

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

(*) Tem acesso quando os detidos podem beber livremente sem pedir aos guardas.

(**) Tem acesso quando os detidos podem cozinhar/aquecer comida no centro. Nenhum centro fornece alimentação aos detidos.

Tabela 17.2 - Condições das prisões de Bafatá e Mansoa

Tipo de condição	Classificação da Condição									
	Boa		Razoável		Regular		Má		Péssima	
	Bafatá	Mansoa Oio	B	M	B	M	B	M	B	M
Ventilação		1			1					
Cobertura	1	1								
Dormitório		1			1					
	Não tem		Tem							
Acesso a água		1	1							
Acesso a alimentação			1	1						

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Nas prisões de Bafatá e Mansoa as condições são melhores sendo em ambas a ventilação e o dormitório regular, a cobertura boa e com acesso a água e a alimentação.

Tabela 17.3

REGIÕES	CONDIÇÕES DE VENTILAÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO					ACESSO A ÁGUA	
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	Não tem	Tem
Bafatá				6		6	
Biombo	2		1			3	
Cacheu	3	2				5	
Gabu			4			4	
Oio		2		3		5	
Quinara				4		4	
Tombali		1		2		3	
SAB			7	1		8	

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Tabela 17.4

REGIÕES	CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO					ACESSO A ALIMENTAÇÃO	
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	Não tem	Tem
Bafatá		1		5		6	
Biombo	2	1				3	
Cacheu	3			2		5	
Gabu	4					4	
Oio	2	2		1		5	
Quinara	5					5	
Tombali		3				3	
SAB	8					8	

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Tabela 17.5

REGIÕES	CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO				
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima
Bafatá				6	
Biombo					3
Cacheu				1	4
Gabu			1	3	
Oio				4	1
Quinara				4	1
Tombali					3
SAB				5	3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se quisermos ter uma apreciação das diferenças das condições de detenção nos Centros entre as regiões com base nas Tabelas anteriores podemos afirmar que é no Biombo e Cacheu que este tipo de direitos é mais bem assegurado. Note-se que Cacheu foi, em 2014, a pior região no conjunto dos elementos que compõem este indicador tendo melhorado significativamente na ventilação das celas. Se tal melhoria corresponde a alterações feitas nos centros ou a uma observação dum maior número de celas não sabemos.

18. ENTIDADE A QUEM SE QUEIXA SE FOR VÍTIMA DE ROUBO DE GADO (POLÍCIA, TRADICIONAL, TRIBUNAL)

Tal como salientámos para 2014 (Sangreman, 2015), este indicador pretende identificar um tipo de crime com forte incidência no país, bem definido e conhecido da população. O roubo de gado tem conotações sociais que vão para além do simples furto, sendo para alguma população balanta um ato tradicional. Mas a partir de 2000, o agravamento desses roubos tornou o problema muito mais generalizado e perigoso com o aparecimento de ladrões armados com armas de fogo, originando mesmo con-

flitos violentos entre povoações. Igualmente o desenvolvimento do país vai progressivamente percecionando tais atos pela população como crimes, baixando a tolerância derivada da prática tradicional conhecida. É evidente que uma parte que ignoramos qual seja desses roubos são crime e não tem nada a ver com as práticas referidas mas sim com a venda das cabeças de gado¹⁴.

Ora esse contexto social, a distância a um tribunal e a morosidade e custo dos processos leva a que as populações procurem resolver as questões pendentes através das autoridades mais próximas e menos onerosas.

Se considerarmos que o seu direito à Justiça é melhor usufruído se tais questões forem resolvidas em tribunal, piores se forem resolvidos pela polícia e ainda piores se for a autoridade tradicional a julgar¹⁵ ficamos com um indicador que informa sobre a qualidade do exercício do direito à Justiça.

Fotografias 11 e 12: Bafatá, tribunal em Cosé; Tribunal Regional de Bissau



Pelo critério de avaliação que indicamos não há nenhuma região que tenha a maioria das queixas apresentadas em Tribunal. A maioria divide-se entre Polícia e Autoridades tradicionais. As distribuições mais equilibradas são nas regiões de Oio e Tombali.

¹⁴ Ver Voz di Paz (2010), *Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008*, edição: Voz di Paz / Interpeace.

¹⁵ Note-se que esta escolha é discutível face ao funcionamento dos mesmos. Ver *Estudo sobre a Qualidade da Justiça* já citado.

Quinara que foi em 2014 a região onde os tribunais menos julgaram estes delitos, apresenta este ano de 2015 valores ainda baixos mas melhores que Gabu ou Cacheu.

Em geral, esse tipo de crime é resolvido pela polícia, numa mistura de aplicação de legislação e de senso comum mais ou menos ligado às práticas tradicionais.

É um resultado perigoso para o direito à Justiça, pois fragiliza o processo de julgamento que é maioritariamente executado por pessoas com autoridade oficial mas não para exercer a função de juiz seja a que nível for. E muito dependente da idoneidade moral dos agentes intervenientes.

Tabela 18.1

REGIÕES	AUTORIDADE A QUE SE QUEIXA NO CASO DE ROUBO DE GADO (ESTRUTURA PERCENTUAL)				Número de queixas
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total	
Bafatá	20	20,4	59,6	100	270
Biombo	14,3	28,6	57,1	100	7
Cacheu	1,7	23,3	75	100	60
Gabu	1,9	9,4	88,7	100	53
Oio	33,6	40,2	26,2	100	378
Quinara	11,2	36,5	52,3	100	705
Tombali	23,8	47,6	28,6	100	21
SAB	9,1	36,4	54,5	100	11

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

DIREITO A MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Como já se referiu anteriormente em diferentes capítulos deste estudo, esta área foi introduzida no ano de 2015 na recolha de dados sobre Direitos Humanos de terceira geração na Guiné-Bissau, juntamente com o saneamento. Para este ano, escolheu-se um único indicador de “número de refeições diárias feitas na casa da família”, pois este tipo de dados obriga a uma identificação dos agregados familiares num processo de muito maior morosidade e exigência para os inquiridores. Saímos do processo de dados recolhidos junto de instituições (escolas, centros de saúde, autoridades tradicionais, policia, etc.) para o processo de recolha junto das famílias individualmente.

Tal processo em todo o mundo tem um grau de dificuldade e de aleatoriedade muito superior e implica que os inquiridores tenham uma prática profissional já consolidada. Pode dizer-se que fizeram um bom trabalho recolhendo dados em 751 famílias de todas as regiões e no SAB. Apenas em Cacheu não foi cumprido o número de famílias indicado por razões já explicitadas no ponto sobre a Amostragem.

As características das famílias inquiridas constam da Tabela 19.1

Tabela 19.1 – Características dos agregados familiares inquiridos

CARACTERÍSTICAS	REGIÕES								TOTAL
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB	
Número de famílias	103	55	73	102	106	49	50	213	751
Homens	373	371	390	815	489	187	271	976	3872
Mulheres	326	375	410	786	440	205	282	1014	3838
Dimensão familiar	7	14	11	16	9	8	11	9	10
Famílias com chefes									
Homens	102	43	47	99	90	49	49	150	629
Mulheres	1	12	26	3	16	0	1	63	122
Estrutura etária									
Crianças (0-11)	155	230	254	466	306	229	210	524	2374
Jovens (12-17)	163	123	112	238	137	60	98	312	1243
Adultos (+17)	381	393	434	897	486	103	245	1154	4093
Famílias por atividade económica dos chefes									
Setor primário	33	27	25	70	33	43	7	35	273
Setor secundário	26	0	7	8	23	0	39	4	107
Setor terciário	43	15	18	20	38	6	118	11	269
Número de estudantes	448	383	302	407	389	201	277	1037	3444

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

19. NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS TOMADAS EM CASA PELA FAMÍLIA

Este indicador faculta uma informação clara e simples de bem-estar e de direito à alimentação das famílias. Note-se que não se inquiriam conteúdos das refeições como nos inquéritos aos orçamentos familiares. Tal levaria a um trabalho que o projeto não suporta embora se possa acrescentar no terceiro ano de inquirição mais uma questão tipo “nesta semana quantas das refeições incluíram peixe ou carne”.

A informação sobre o número de refeições tomadas em casa pela família omitem as refeições tomadas fora de casa. Não nos parece significativo tal desvio mesmo na cidade de Bissau; para mais com o horário oficial contínuo de empregados (das 8 às 14 horas de segunda a sexta) que facilita tomar a refeição de meio do dia depois do trabalho, sem ter de retornar ao local. O que verificamos em Bissau é que a meio da manhã há um movimento nas ruas de “comer qualquer coisa” para quem tem posses para tal. Há também projetos que fornecem refeições a crianças das escolas mas não temos essa informação em detalhe, sabendo apenas que alguns chefes de família referiram esse facto mas sem darem muita saliência.

Se tomarmos as respostas significativas de uma, duas e três refeições estaremos a falar de pequeno-almoço, almoço e jantar. Se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara.

No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo Oio, Tombali e o SAB valores muito idênticos de cerca de um quinto das famílias estarem reduzidas a uma refeição por dia. Mesmo se considerarmos que duas refeições por dia indicam uma alimentação razoável ou suficiente temos que no total do país inquirido cerca de 42 % das famílias estão nessa categoria. E se Gabu não contar por a maioria estar acima e se o Biombo também não por a maioria estar abaixo teremos que na maioria das regiões as famílias estão nessa categoria. O SAB é o mais equilibrado na distribuição entre uma (22,5%), duas (22,5%) refeições por dia.

Tabela 19.2 - Famílias por número de refeições diárias tomadas na casa, em valor e em %

CARACTERÍSTICAS	REGIÕES								TOTAL	
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB		
Zero	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
%	0	0	0	0	0,9	0	0	0	0	0,1
Uma	0	37	2	0	20	0	10	48	48	117
%	0	67,3	2,7	0	18,9	0	20	22,5	22,5	15,6
Duas	70	14	51	3	60	45	25	48	48	316
%	68,0	25,5	69,9	2,9	56,6	91,8	50,0	22,5	22,5	42,1
Três	30	4	19	98	22	4	15	115	115	307
%	29,1	7,3	26,0	96,1	20,8	8,2	30,0	54,0	54,0	40,9
Quatro ou+	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
%	0	0	0	0	0	0	0	0,5	0,5	0,1
n.r.	3	0	0	2	3	0	0	1	1	9
%	2,9	0,0	0,0	2,0	2,8	0,0	0,0	0,5	0,5	1,2
Total	103	55	73	102	106	49	50	213	213	751
%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Tabela 19.3 – Famílias por número de refeições que tem por dia por sexo do chefe de família

SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA	NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE A FAMÍLIA TEM POR DIA					Total
	0	1	2	3	4	
Masculino	1	90	261	268	1	621
%	0,2	14,5	42,0	43,2	0,2	100
Feminino	0	27	55	38	0	120
%	0,0	22,5	45,8	31,7	0,0	100
Total	1	117	316	306	1	741
%	0,1	15,8	42,6	41,3	0,1	100
Três	30	4	19	98	22	307
%	29,1	7,3	26,0	96,1	20,8	40,9
Quatro ou+	0	0	0	0	0	1
%	0	0	0	0	0	0,1
n.r.	3	0	0	2	3	9
%	2,9	0,0	0,0	2,0	2,8	1,2
Total	103	55	73	102	106	751
%	100	100	100	100	100	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Como se pode constatar na Tabela 19.3, e como seria de esperar, já que a literatura da análise da pobreza na Guiné-Bissau aponta para este tipo de resultados, as famílias com chefes masculinos têm uma percentagem de três refeições maiores que as famílias com chefes femininos. As famílias com duas refeições dia são mais equivalentes mas é claro que as primeiras têm um acesso maior a alimentação que as segundas.

Tabela 19.4 – Famílias com crianças, por acesso a escola e número de refeições diárias

FAMÍLIAS COM CRIANÇAS	NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE A FAMÍLIA TEM POR DIA		
	1	2	3
com idade e com acesso à escola	86	233	235
%	73,5	83,5	87,7
com idade e sem acesso à escola	31	46	33
%	26,5	16,5	12,3
Total	117	279	268
%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Se cruzarmos os dados do número de refeições familiares com os dados das crianças com idade escolar a frequentar ou não escola, teremos duas tendências claras: quanto maior o número de refeições maior o número de crianças a frequentar a escola; quanto menor o número de refeições maior o numero de crianças com idade sem frequentarem a escola (Tabela 19.4). Ou seja o direito de acesso a educação tem uma relação com o número de refeições ou com o direito a ter meios de subsistência. O que vem confirmar aquilo que se considera uma evidência: quanto mais bem-estar/ rendimento tem a família mais envia as suas crianças à escola.

Tabela 19.5 – Famílias por setor de atividade do chefe de família e número de refeições que tem por dia

SETOR DE ATIVIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA	NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE A FAMÍLIA TEM POR DIA		
	1	2	3
Setor primário	46	128	98
%	39,3	40,5	32,1

Setor secundário	18	42	44
%	15,4	13,3	14,4
Setor terciário	31	107	127
%	26,5	33,9	41,6
Sem setor de atividade	22	39	36
%	18,8	12,3	11,8
Total	117	316	305
%	100	100	100
n.r.	3	0	0
%	2,9	0,0	0,0
Total	103	55	73
%	100	100	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Na Tabela 19.5, cruzamos os dados classificados da atividade principal do chefe de família com o número de refeições que a família tem por dia e o resultado permite verificar que as famílias com uma refeição diária vêm sobretudo daquelas cujo chefe tem atividade no setor primário embora em percentagem muito idêntica às famílias que fazem duas refeições diárias e cujo chefe tem atividade no mesmo setor. Nas famílias que fazem três refeições diárias a maior percentagem são aquelas cujo chefe tem atividade no setor terciário. Ou seja, existe uma relação pouco definida entre o número de refeições e o setor de atividade no sentido de aumentar esse número para quem tem atividade no setor terciário, mas não é uma relação forte. Note-se que se fez a definição das atividades por setor de acordo com a Classificação de Atividades Económicas (CAE), mas sem atender à dimensão das unidades produtivas. Ou seja, não se perguntou onde as pessoas trabalhavam, misturando conscientemente empresas privadas e empregos públicos, dimensões unipessoais e de média ou grande dimensão.

CONCLUSÕES

Vamos nestas conclusões salientar alguns dados que podem apoiar a formulação das políticas públicas, de forma a irem mais ao encontro das necessidades da população no acesso aos Direitos Humanos a que as áreas inquiridas dizem respeito.

UMA ESCOLA NOS ARREDORES DE BISSORÃ

São duas salas de aula em tijolo e cimento, com carteiras e quadro negro em madeira pintada com moldura à volta num cavalete de madeira, outra sala de aula com cobertura em palha, paredes em zinco, chão em terra, duas carteiras, o resto pequenas mesas e bancos compridos, quadro negro igual ao anterior. Um “jardim infantil” com paredes em zinco, cobertura de palha, pedras pequenas onde se apoiam troncos para que crianças pequenas se sentem e uma espécie de quadro em madeira comprido num dos lados. Um campo de futebol, pelado com duas balizas em cano. Mas como há um projeto que envia sacos de farinha para fazer papas, a comunidade paga uma cozinheira para que as crianças e os professores comam durante o dia. A quantidade desses sacos é calculada pelo projeto para as crianças que frequentam a escola, mas a comunidade decidiu que devem ser partilhados com aquelas que ficam no “jardim infantil”. E assim é feito. A comunidade quer que a escola funcione e paga aos quatro professores um subsídio para que não façam greves. Toda a gente anda alguns quilómetros para ir e vir da escola, uns mais outros menos, os professores de bicicleta e as crianças a pé. Por todo o lado, dizeres a lembrar que foi a UNICEF e o povo do Japão que ajudou a construir e equipar com carteiras e quadros a escola.

PRIMEIRA CONCLUSÃO

A primeira conclusão deste estudo sobre o segundo ano do Observatório é que o processo de construção de um subsistema de recolha de dados sobre Direitos Humanos Económicos, Sociais e Culturais teve sucesso com a produção de indicadores que informam sobre a situação nas regiões inquiridas de acesso a direitos à educação, saúde, habitação, energia, água, saneamento, justiça e meios de subsistência. Com efeito, dispõe-se hoje de uma metodologia fiável e com uma amostra estatisticamente significativa, bem como uma estrutura formada por um conjunto de inquiridores com formação específica, meios de transporte (motas) e de registo de informações (computador e máquina fotográfica) a viverem nas regiões onde recolhem as informações e dois técnicos de apoio permanente à recolha, sedeados em Bissau. Faltam recursos humanos técnicos de análise dos resultados globais que continua a ser feita pelo CEsa. A utilização de meios informáticos fez – se recorrendo a programas já existentes e de fácil acesso (Word e Excel) seja para o preenchimento de dados (que para alguns inquiridores são primeiro recolhidos em papel e depois introduzidos nos quadros Excel sobretudo porque é mais fácil fazer esse registo no terreno em papel do que em computador).

O que falta fazer, do ponto de vista técnico, para que o subsistema possa eventualmente integrar o Sistema Estatístico Nacional é cobrir a região Bolama/Bijagós, já que o INE não pode legalmente desenvolver operações estatísticas excluindo uma região. Pode fazê-lo para estudos regionais específicos, mas sem essa cobertura nacional, estes dados nunca podem ser extrapolados para todo o país com qualidade assegurada.

SEGUNDA CONCLUSÃO

A segunda conclusão deste estudo tem a ver com os processos de recolha. Se os indicadores de Justiça foram os mais difíceis no primeiro ano, no segundo tudo melhorou. A Liga dispõe hoje de autorizações de visita a escolas, centros de saúde e centros de detenção assinados pelas autoridades respetivas que facilitam a recolha das informações. Quanto aos agregados familiares não foram relatadas recusas globais de resposta, havendo apenas algumas “não respostas” para a questão do “destino do lixo” em número mesmo assim insignificante (9 em 751) que podem decorrer de inibição

do respondente por considerar socialmente mal visto o modo como o agregado lida com esta questão ou decorrer de esquecimento do inquiridor depois de ter feito toda a identificação do agregado e de obter a resposta à questão do “número de refeições diárias” (sobre a qual lhe tinha sido dito ser a mais importante).

TERCEIRA CONCLUSÃO

Como terceira conclusão salientem-se alguns aspectos constantes na análise dos indicadores:

Os indicadores de educação revelaram-se muito sensíveis à retoma do pagamento regular dos salários dos professores, permitindo um funcionamento normal das escolas a partir das condições existentes. Os indicadores de abandono escolar no básico entre o início e no final do ano letivo alteraram-se de forma muitíssimo acentuada. Ou seja, o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação, no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas, em especial os que são originados no atraso de pagamento dos salários.

Nos indicadores sobre a saúde, saliente-se a pouca melhoria registada de 2014 para 2015 com o número de pessoas por médico e por enfermeiro e de mulheres por parteira a aumentar. Saliente-se que este ano confirmou a indicação que a acessibilidade do custo da saúde ainda depende de projetos com distribuição de medicamentos, consultas e outros gratuitos. Quando os projetos não existem ou acabam, o custo sobe imediatamente para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso.

A mesma ausência de evolução se pode encontrar nos indicadores de justiça, onde as condições de prisão e de detenção continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país. E o acesso a tribunais para queixas de roubo de gado também não tem alteração.

Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento passou a haver mais casas iluminadas sobretudo na capital refletindo a existência de um número de horas luz elétrica como nunca tinha existido nas últimas décadas. O saneamento, tendo sido recolhido apenas este ano de 2015, mostra uma realidade esperada de predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias.

Nos indicadores de meios de subsistência, uma percentagem alta de agregados familiares tem um acesso a alimentação materializado em duas ou três refeições diárias (83,0 % da amostra). Mas tal média não pode esconder que no Biombo os agregados com uma única refeição diária são 66,7 % do total e em Oio, Tombali e SAB esses agregados rodam os 20 %. Ou seja, nestas últimas três regiões, um quinto das famílias tem o número mínimo de refeições.

Nas famílias com chefes femininos, o acesso é menor do que naquelas com chefes masculinos e do conjunto de agregados que tomam uma e duas refeições a maioria tem chefes de família com atividade de agricultura ou pesca (setor primário) e as que tomam três refeições a maioria tem chefes no setor terciário (serviços).

Por último, um dado que se obteve apenas neste segundo ano de 2015 diz respeito à frequência da escola de crianças com idade para tal. Pode-se ver como o acesso a escola de crianças com idade para tal varia diretamente com o número de refeições tomadas pela família. Ou seja, quanto mais refeições diárias (no intervalo entre 1 e 3 refeições) a família toma na habitação, maior é a probabilidade das crianças com idade para tal frequentarem a escola.

Se construirmos um índice geral com estes indicadores, segundo a metodologia explicada em Sangreman (2015), teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau como se pode ver na Tabela 20.

Com uma amostra representativa aleatoriamente em 2015, e muito menos representativa em 2014, os valores do segundo ano devem ser comparados com bom senso com os do primeiro ano. Mas pode-se salientar a posição cimeira da região de Oio, a segunda posição do SAB e a permanência de Bafatá nos últimos lugares nos dois anos. Gabu muito bem classificado no primeiro ano, sobretudo devido aos indicadores de educação sem abandono e com um número de alunos por professor muito bom, vê a sua posição cair ao não conseguir manter esses indicadores possivelmente aproximando-se mais da realidade com o aumento da dimensão da amostra. A melhoria do SAB não é de estranhar se pensarmos que as medidas tomadas pelo Governo formado como consequência das eleições de 2014, (energia eléctrica, salários dos funcionários públicos, acesso a água, saneamento, lançamento de obras públicas) tiveram efeito imediato na capital e mais lento no resto do país se realmente chegaram a ter algum.

Tabela 20 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

REGIÃO	2014	2015
Oio	1º	1º
SAB	6º	2º
Biombo	5º	3º
Tombali	5º	4º
Cacheu	3º	5º
Gabu	2º	5º
Bafatá	7º	6º
Quinara	4º	7º

Como conclusão final deste segundo ano podemos afirmar que existiram algumas alterações positivas para um maior acesso a Direitos Económicos, Sociais e Culturais mas foi uma evolução muito limitada, dependente das políticas públicas económicas e sociais e centradas no SAB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012), *Indicateurs des Droits de l'Homme: Guide pour mesurer et mettre en oeuvre*, Genebra e Nova Yorque;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2011), *Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux droits de l'homme*, Genebra e Nova York.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2005), *Evaluer l'efficacité des institutions nationales des Droits de l'Homme*, Genebra e Nova Yorque;
- Augusta Henriques e outros (2015), *Desafios ora di diritu, Casa dos Direitos*, ACEP, Lisboa, Portugal.
- Asia Pacific Forum of National Human Rights Institutions and the Center for Economic and (2015), *Defending Dignity: A Manual for National Human Rights Institutions on Monitoring Economic, Social and Cultural Rights*, ISBN 978-0-9942513-0-5 (APF print), ISBN 978-0-9942513-1-2 (APF electronic), Sydney, Australia, New York, USA.
- Banco Mundial (2016) *Poverty in a rising Africa*, Kathleen Beegle e outros, World Bank Group, Green Pass Initiative, ISBN 978-1-4648-0723-7, <http://lccn.loc.gov/2016009159>.
- Declaração dos Direitos Humanos* (1948) e *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos* (1981), online em vários sites;
- Green, M. (2001), What we talk about when we talk about indicators: current approaches to Human Rights measurement, in *Human Rights quarterly*, vol. 23, no. 4, November 2001, The Johns Hopkins University Press, Project <http://muse>.
- Lakatos, E. e Andrade, M. (2015), *Técnicas de pesquisa*, pp. 25-44, Editora Atlas, 7.^a edição;
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (2008 e 2012), *Relatórios*, Bissau;
- Bacar, M. (2010), *Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau*, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Guiné Bissau, INEC, Bissau;
- Manitese (2016), *A função de reabilitação da pena, uma perspectiva para a Guiné-Bissau*, Bissau
- Ministério da Economia, do Plano e Integração (2009), *Recenseamento Geral da População e Habitação*, edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau;
- PNUD e Ministério das Finanças (2007), *DENARP 2008-2013*, Bissau;
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, pp.155-235, Gradiva, Lisboa;
- Sangreman, C. (2015), *Observando Direitos na Guiné – Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça*, projecto Observatório de Direitos, ACEP com LGDH e CEsa, Lisboa e Bissau;
- Santos, R. e Barros, R., *Manual prático de Direitos Humanos Internacionais*, Ministério Público da União, Brasília;
- Yasmine Cabral (2015), “Quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau”, in Augusta Henriques e outros, *Desafios - Ora di Diritu*, Casa dos Direitos, ACEP, Lisboa, Portugal.

ANEXO I – RECOLHA EM 2014 E EM 2015 POR INDICADOR

AMOSTRA	Bafalá		Biombo		Cacheu		Gabu		Óio		Quinara		Tombali		SAB		TOTAL	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Educação																		
Distância – localidades	18	52	6	18	41	27	11	43	5	48	15	18	28	23	6	17	130	246
Escolas - alunos e professores	29	55	18	55	63	37	15	41	5	48	15	18	28	23	7	18	217	258
Saúde																		
Distância – localidades	18	57	6	16	12	35	14	42	6	46	7	18	24	23	16	16	103	253
Centros de saúde consulta prenatal	14	51	3	16	6	12	12	42	10	47	7	18	12	16	17	16	81	218
Farmácias 5 medicamentos	14	21	3	16	6	12	12	15	4	45	7	18	23	23	12	16	81	166
Centros de saúde paludis- mo 3 cruze	14	53	3	16	5	12	12	42	4	46	7	18	30	23	12	16	87	226
Pessoal centros e hospitais	17	13	3	6	7	12	12	15	4	45	3	18	21	23	12	16	79	148
Habituação, Energia e Água																		
Localidades (no SAB Bairros)	32	62	10	20	14	29	29	42	6	46	20	18	24	23	17	16	152	256
Pessoas por quarto (30 pessoas por localidade)	960	1860	300	600	420	870	870	1260	180	1380	600	540	720	690	510	480	4560	7680

AMOSTRA	Bafalá		Biombo		Cacheu		Gabu		Óio		Quinara		Tombali		SAB		TOTAL	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Casas vistas (indicador casas iluminadas)	395	1889	364	754	309	1280	830	2125	160	2179	340	450	1674	930	580	920	4652	10527
Justiça																		
Distancia – localidades	18	29	17	16	14	27	18	43	6	46	7	18	12	23	17	16	109	218
Centros de detenção	4	6	2	3	4	5	5	4	6	5	4	4	6	4	1	8	32	39
Prisões	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2
Queixas – localidades	26	34	3	16	18	30	14	43	6	5	9	18	1	5	3	16	80	167
Meios e Saneamento																		
Famílias	n.r.	103	n.r.	55	n.r.	73	n.r.	102	n.r.	106	n.r.	49	n.r.	50	n.r.	213	n.r.	751
Pessoas	n.r.	699	n.r.	746	n.r.	800	n.r.	1601	n.r.	929	n.r.	392	n.r.	553	n.r.	1990	n.r.	7710
Localidades (no SAB Bairros)	n.r.	90	n.r.	39	n.r.	47	n.r.	64	n.r.	83	n.r.	31	n.r.	27	n.r.	16	n.r.	397

ANEXO II - LOCALIDADES INQUIRIDAS (5% DAS LOCALIDADES DE CADA SETOR)

REGIÕES / SETORES	NÚMERO DE LOCALIDADES INQUIRIDAS
REGIÃO DE TOMBALI	23
Catio	5
Komo	2
Cacine	5
Bedanda	8
Quebo	3
REGIÃO DE QUINARA	21
Buba	4
Empada	9
Fulacunda	4
Tite	4
REGIÃO DE OIO	45
Farim	15
Mansaba	7
Bissora	10
Mansoa	9
Nhacra	4
REGIÃO DE BIOMBO	16
QUINHAMEL	6
SAFIM	5
PRABIS	5
REGIÃO DE BAFATÁ	56
Bafatá	10
Cosse	5
Bambadinca	8
Xitole	7
Contuboel	16
Ganadu	10
REGIÃO DE GABU	43
Boe	5
Pitche	12
Gabu	11
Pirada	7
Sonaco	8
REGIÃO DE CACHEU	41
Bigene	9
Bula	8
Caio	5
Canchungo	7
Cacheu	6
São Domingos	6
SETOR AUTÓNOMO DE BISSAU	16 bairros

ANEXO III - OS QUADROS DE INDICADORES POR REGIÃO E SAB

BAFATÁ

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	7,3	16,5	1,0	1,1	1,0
2015	0,6	6,0	1,0	1,1	1,0

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
82	70	-14,6	2014
59	61	+3,4	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	6	6

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	6	7

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	4754	2391

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	3027	2715	3692

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	7068	7068	4895

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12	9,2

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	5000	4468	20731	26250	351	
3684	3231	9423	19092	244	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
		3,3	3,6

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	29,3	41,6
Casas com água canalizada em % das observadas	6,8	1,9

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
66,7	23,6	9,8	2014
66,8	24,5	8,7	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	25,7	15,0

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	34,4	43,4	5,8	16,4	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	27	16

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	4.1	1.4	1.2	1.5	2,6
Mulher	16.0	6.3	15.0	12.5	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	1,3	1,3	1,6	1,3	1,33
Mulher	Não há detidas	6,0	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação				4				6
				4				
Cobertura		2		2		1		5
		1		3				
Dormitório				4				6
				4				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
3	1	3	1	2014
3	1	3	1	
6		6		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	14,5	47,3	38,2	100,0
	2ª recolha	29,5	31,3	39,2	100,0
2015		20	20,4	59,6	100,0

BIOMBO

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	29,4	35,3	1,3	1,4	1,1
2015	10,5	11,4	1,1	1,1	1,1

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
152	64	-57,9	2014
36	30	-16,7	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	4	3,0

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	7	7,4

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	3233	3825

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1372	1387	3268

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros	7020	7020	6169

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12	10,6

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	48560	4415	12323	-	996	
24280	3133	9858	-	537	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
	4,0	4,0	2,5

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	29,3	19,9
Casas com água canalizada em % das observadas	6,8	0,1

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
63,4	17,4	19,2	2014
69,9	12,0	18,0	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	18,3	8,2

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	16	48	10,7	25,3	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	19,0	15

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	3,0	2,3	4,5	4,5	3,3
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	4,0	Não há detidas	NÃO HÁ DETIDAS

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação	1		1		2		1	
	1		1					
Cobertura	1	1			2	1		
	1	1						
Dormitório				2				3
				2				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
1	1	2		2014
1	1	2		
3		3		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	50,0	50,0	0,0	100,0
	2ª recolha	50,0	47,2	2,8	100,0
2015		14,3	28,6	57,1	100,0

CACHEU

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	15,3	16,9	1,0	1,1	1,1
2015	6,4	5,1	1,1	1,1	1,1

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
47	40	-14,9	2014
38	36	-5,3	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	2	2,0

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	6	8

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	3129	2700

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	3580	4183	1230

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	5101	3235	1277

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	7	2,3

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	48560	4415	12323	-	996	2014
8750	2831	8811	-	535	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
	2,7	2,4	2,8

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	31,3	39,1
Casas com água canalizada em % das observadas	2,5	0,0

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionalis	Tradicionalis melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
57,3	31,2	11,5	2014
68,5	26,2	5,3	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	4,3	7,1

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineracção	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	1,2	27,7	0	71,1	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	12,0	15

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	4,3	1,3	3,0	2,0	1,2
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	0

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			1	4	3	2		
	2			1				
Cobertura	1			4	3			2
	2	1						
Dormitório			1	4				5
				3				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
5		4	1	2014
4	1	5		
5		5		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	0,0	66,7	33,3	100,0
	2ª recolha	5,7	91,4	2,9	100,0
2015		1,7	23,3	75	100,0

GABU

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	15,1	0,0	1,3	1,1	1,0
2015	0,7	0,8	1,0	1,0	1,0

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
33	29	-12,1	2014
71	71	0,0	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	2	2,7

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	3	5,2

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	6994	3195

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1713	1799	3079

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	9809	9497	17427

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	19	31,7

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	19594	3781	26504	39514	365	2014
	30790	3781	26504	-	576	2015

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
		2,4	2,3

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	37,0	21,8
Casas com água canalizada em % das observadas	0,3	0,6

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
69,1	27,0	3,9	2014
69,9	23,8	6,3	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas ali-

mentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	31,7	18,8

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	1,0	10,8	53,9	6,9	27,5	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	20,0	29

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	2,0	2,9	2,5	3,3	19,7
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			3				4	
			3					
Cobertura	3				4			
	3							
Dormitório			1	2			1	3
			1	2				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
4		3		2014
4		3		
4		4		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	41,2	41,2	17,6	100,0
	2ª recolha	17,6	35,1	47,3	100,0
2015		1,9	9,4	88,7	100,0

OIO

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	6,8	3,8	1,6	1,5	1,2
2015	3,5	4,8	1,0	1,1	1,2

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
38	36	-5,3	2014
56	51	-7,1	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	6	2,0

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	4	10

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	1089	1482

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2853	2853	5038

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros	7024	5730	7269

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	12	12,8

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	28081	7020	28016	15045	1489	
16046	4405	8005	8640	808	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
	1,9	3,4	2,5

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	62,5	12,9
Casas com água canalizada em % das observadas	0,0	2,0

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
41,3	35,5	23,1	2014
72,2	14,7	13,1	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	48,1	11,3

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	16	48	10,7	25,3	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	8,0	17

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	2,5	1,8	2,5	1,6	1,4
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	2,9	2,3	3,5	3,0	0,49
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação	1	1	2			2		3
			1	3				
Cobertura	2	1		1	2	2		1
	1		2	1				
Dormitório			1	3				5
				4				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
4		4	1	2014
3	1	3		
5		5		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	20,4	51,0	28,6	100,0
	2ª recolha	57,1	42,9	0,0	100,0
2015		33,6	40,2	26,2	100,0

QUINARA

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	56,1	55,0	1,4	1,4	1,2
2015	1,0	2,3	1,0	1,0	1,2

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
56	45	-19,6	2014
50	49	-2,0	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	5	2,78

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	21	10,8

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	1625	1800

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2472	2957	3361

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	2358	3265	15615

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	5	26,8

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	12722	3029	7730	13722	-	
12722	1078	351	-	167	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
		1,6	1,5

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	17,6	22,7
Casas com água canalizada em % das observadas	0,0	5,3

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
47,7	16,9	35,4	2014
50,3	35,7	14,1	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	11,9	16,7

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	34,7	2,0	0	63,3	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	69,0	50

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	1,3	5,5	2,2	1,3	2,5
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	7,0	Não há detidas	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação				4				4
				4				
Cobertura	4				5			
	4							
Dormitório				3				5
				4				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
4		4		2014
4		4		
4		5		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	4,0	36,0	60,0	100,0
	2ª recolha	3,4	33,6	63,1	100,0
2015		11,2	36,5	52,3	100,0

TOMBALI

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	31,0	35,4	1,1	1,2	1,1
2015	0,5	1,1	1,0	1,0	1,1

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
59	43	-27,1	2014
56	56	0,0	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	3	2,0

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	4	8

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	5020	4250

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	1002	872	681

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros	8621	5979	7120

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	13	14,2

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	15823	2316	11748	11867	3062	
15823	1899	23495	-	-	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
	2,3	2,6	2,8

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	32,8	50,8
Casas com água canalizada em % das observadas	0,1	0,5

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
80,7	7,8	11,5	2014
71,3	15,0	13,8	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	23,6	21,7

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	0	1,8	43,1	17,4	37,6	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	20,0	33

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa				2015
	1ª recolha	2ª recolha	3ª recolha	4ª recolha	
Homem	4,7	1,9	1,7	1,5	2,2
Mulher	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas	Não há detidas

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			1	4		1		3
			1	4				
Cobertura		5				4		
			1	4				
Dormitório				5				4
			1	4				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
4		5		2014
4		5		
		4		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	16,7	80,0	3,3	100,0
	2ª recolha	29,4	70,6	0,0	100,0
2015		23,8	23,8	47,6	100,0

SETOR AUTÔNOMO DE BISSAU (SAB)

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

	Alunos por sexo no início e final do ano lectivo				Censo 2009
	Abandono H	Abandono M	H/M início do ano	H/M final do ano	H/M
2014	29,9	23,0	0,8	0,7	0,9
2015	7,0	2,8	1,1	1,0	0,9

2. Número de alunos por professor por escola, por tabanca, vila ou bairro de cidade no início e no final do ano lectivo

Início do ano lectivo	Final do ano lectivo	Diferença %	
42	33	-21,4	2014
37	34	-8,1	2015

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca, vila ou bairro de cidade

	2014	2015
Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km)	1	1,0

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

	2014	2015
Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km)	2,5	2,1

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

	2014	2015
Custo da primeira consulta pré-natal	9166	10054

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil	2976	2978	5298

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes	10165	18446	19252

	2014	2015
Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados	25	33,0

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Número de habitantes por pessoal de saúde	Médico	Enfermeiro	Número de mulheres por Parteira	Agentes de saúde	Agentes de saúde comunitários	
	4310	1498	3678	96977	-	
4459	1029	1977	14920	4910	2015	

HABITAÇÃO

10. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

Número de pessoas por quarto	2014		2015
	1.ª recolha	2.ª recolha	
		3,9	2,1

11. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas melhoradas em % das observadas	21,1	54,3
Casas com água canalizada em % das observadas	18,1	29,6

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

12. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

Tradicionais	Tradicionais melhorados	Com bomba de extracção a funcionar	
65,6	34,4	0	2014
26,0	73,9	0,1	2015

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

	2014	2015
Casas com luz eléctrica em % das observadas	51,1	66,7

SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

	Esgotos públicos	Retirada	Incineração	Enterro	Esgotos selvagens	Outros	Total
2015	1,9	43,7	28,6	1,9	23,9	0	100,0

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

	2014	2015
Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)	2,5	2

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

Sexo	Área em m2 de detenção por pessoa		2015
	1ª recolha	2ª recolha	
Homem	1,3	0,3	0,8
Mulher	6,3	25,0	8,3

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Tipos de condições	Classificação 2014				Classificação 2015			
	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima	Boa	Razoável	Regular	Má ou péssima
Ventilação			4				7	1
			4					
Cobertura	4				8			
	4							
Dormitório				4				8
				4				

Acesso a água		Fornecimento de refeições		
Não tem	Tem	Não tem	Tem	
4		4		2014
4		4		
8		8		2015

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

	Recolhas	Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %)			
		Tribunal	Polícia	Tradicional	Total
2014	1ª recolha	16,7	61,1	22,2	100,0
	2ª recolha	9,1	36,4	54,5	100,0
2015		23,8	23,8	47,6	100,0

FINANCIADORES



PARCERIA

